

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

André Dubiela Filippi

**O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO SINO-ETIOPE ENTRE 1995
E 2018: AS ALTERAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DA ETIÓPIA E
A INFLUÊNCIA DO *ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS**

Santa Maria, RS
2022

André Dubiela Filippi

**O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO SINO-ETIOPE ENTRE 1995
E 2018: AS ALTERAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DA ETIÓPIA E
A INFLUÊNCIA DO *ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS
2022

André Dubiela Filippi

**O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO SINO-ETIOPE ENTRE 1995
E 2018: AS ALTERAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DA ETIÓPIA E
A INFLUÊNCIA DO *ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 15 de Agosto de 2022:

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)
(Avaliador)

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira, Dr.^a (UFRJ)
(Avaliadora)

Santa Maria, RS
2022

RESUMO

O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO SINO-ETIOPE ENTRE 1995 E 2018: AS ALTERAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DA ETIÓPIA E A INFLUÊNCIA DO *ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS

AUTOR: André Dubiela Filippi

ORIENTADOR: Bruno Hendler

O intenso crescimento econômico chinês nas últimas décadas tem apresentado consequências internacionais, mostrando a influência da China por todo o mundo. Essa projeção chinesa tem se apresentado também no continente africano, onde a superpotência tem fortalecido relações com diversos Estados, como a Etiópia. Entendendo que a busca de objetivos políticos a partir da utilização da influência e de mecanismos econômicos disponíveis é descrita pelo conceito do *economic statecraft*, este trabalho propõe o estudo do aprofundamento da relação entre China e Etiópia entre 1995 e 2018 a partir do conceito. Dessa forma, buscando indicadores nos campos da promoção do comércio, dos investimentos e também de auxílio externo, descritos como alguns dos principais eixos de projeção pelo *economic statecraft*. Aliado a isso está o exame de possíveis alterações da política externa etiope durante o período com base no Modelo de Alteração de Política Externa proposto por Charles Hermann (1990). Percebendo as particularidades dos conceitos e modelos aplicados, este trabalho visa por meio da revisão bibliográfica o estudo da dinâmica a partir da hipótese que as possíveis alterações da política externa etiope no período podem ter sido influenciadas pela projeção chinesa por meio de ferramentas do *economic statecraft*. A partir do estudo, percebe-se que de fato o período analisado abarca um processo de mudanças na política externa etiope no nível de alterações de programa, grau que não configura uma reorganização total da área, que, no caso da Etiópia, mantém-se com princípios bastantes consolidados desde a formação do Império Etiope. Conclui-se também que a projeção chinesa no país por meio das ferramentas do *economic statecraft* antecede o interesse político etiope de aproximação com a potência asiática visto no início do século XXI e se configura como essencial para que o fortalecimento das relações venha a acontecer décadas mais tarde.

Palavras-chave: Etiópia. África. China. Política Externa. *Economic Statecraft*.

ABSTRACT

THE STRENGTHENING OF SINO-ETHIOPIAN RELATIONSHIP BETWEEN 1995 AND 2018: ETHIOPIA'S FOREIGN POLICY CHANGES S AND THE INFLUENCE OF CHINESE ECONOMIC STATECRAFT

AUTHOR: André Dubiela Filippi
ADVISOR: Bruno Hendler

The intense Chinese economic growth in recent decades has had international consequences, showing China's influence throughout the world. This Chinese projection has also been presented on the African continent, where the superpower has strengthened relations with several states, such as Ethiopia. Understanding that the pursuit of political goals through the use of influence and available economic mechanisms is described by the concept of economic statecraft, this research proposes to study the deepening of the relationship between China and Ethiopia between 1995 and 2018 based on this concept. In this way, looking for indicators in the fields of trade promotion, investment and also foreign aid, described as some of the main axes of projection by economic statecraft. Allied to this is the examination of possible changes in Ethiopian foreign policy during the period based on the Foreign Policy Change Model proposed by Charles Hermann (1990). Realizing the particularities of the concepts and models applied, this work aims through literature review to study the dynamics from the hypothesis that possible changes in Ethiopian foreign policy during the period may have been influenced by Chinese projection through the use of economic statecraft tools. From the study, it can be seen that in fact the period analyzed includes a process of changes in Ethiopian foreign policy at the level of program changes, a degree that does not configure a total reorganization of the area, which, in the case of Ethiopia, remains with principles quite consolidated since the formation of the Ethiopian Empire. It is also concluded that the Chinese projection in the country through the tools of economic statecraft precedes the Ethiopian political interest in rapprochement with the Asian power seen at the beginning of the 21st century and is configured as essential for the strengthening of relations decades later.

Keywords: Ethiopia. Africa. China. Foreign policy. Economic Statecraft.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Alteração de Política Externa - Hermann (1990)

Figura 2 – Partilha do continente africano após a Conferência de Berlim (1885)

Figura 3 – Mapa do Chifre da África (1930)

Figura 4 – Mapa de Ogaden

Figura 5 – Modelo de Alteração de Política Externa aplicado a Etiópia (1995-2018)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos do Estatismo Econômico frente a outros Estados

Quadro 2 – Fases do processo de mudanças políticas

Quadro 3 – IED China-Mundo - Evolução monetária (1995 e 2018)

Quadro 4 – Principais setores de destino dos empréstimos chineses a África (2000-2018)

Quadro 5 – Exportações China-Etiópia (1995 e 2018)

Quadro 6 – Importações Etiópia-China (1995 e 2018)

Quadro 7 – Principais parceiros comerciais da Etiópia (1995-2018)

Quadro 8 – IED Chinês na Etiópia - Estoque de IED (2004 e 2018)

Quadro 9 – Principais setores de destino dos empréstimos chineses a Etiópia (2000-2018)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comércio Internacional China-Mundo (1995-2018)

Gráfico 2 – Gastos em Auxílio Externo China-Mundo (2003-2018)

Gráfico 3 – Distribuição dos gastos de auxílio externo chinês por região (2013-2018)

Gráfico 4 – Comércio Internacional: China-África (1995-2018)

Gráfico 5 – Estoque de IED na África - China e Estados Unidos (2003-2018)

Gráfico 6 – Empréstimos chineses a África (2000-2018)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CIJ	Corte Internacional de Justiça
DERG	Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial
EE	Economic Statecraft/Estatismo Econômico
EPRDF	Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia
EUA	Estados Unidos da América
FANSPS	<i>Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy of Ethiopia</i>
FDRPE	Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope
FLE	Frente de Libertação da Eritreia
FPLE	Frente Popular para a Libertação da Eritreia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
MLE	Movimento de Libertação da Eritreia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PEX	Política Externa
RPC	República Popular da China
SOE	<i>State Owned Enterprises</i>
SAIS-CARI	Iniciativa de Pesquisa China África
UNECA	Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WITS	<i>World Integrated Trade Solution</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ESTATISMO ECONÔMICO E MUDANÇA DE POLÍTICA EXTERNA	13
2.1 ECONOMIC STATECRAFT.....	13
2.2 ALTERAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA.....	17
3. ESTATISMO ECONÔMICO DA CHINA: NO MUNDO, NA ÁFRICA E NA ETIÓPIA	24
3.1 HISTÓRICO DO <i>ECONOMIC STATECRAFT</i> CHINÊS.....	24
3.2 NO MUNDO.....	28
3.3 NA ÁFRICA.....	33
3.4 NA ETIÓPIA.....	40
4. POLÍTICA EXTERNA DA ETIÓPIA	46
4.1 GERAL.....	46
4.2 POLÍTICA EXTERNA VOLTADA PARA AS GRANDES POTÊNCIAS DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA (1947-1991).....	55
4.3 MELES ZENAWI (1995-2012) E HAILEMARIAM DESALEGN (2012-2018).....	60
4.4 ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA E A RELAÇÃO COM O ESTATISMO ECONÔMICO CHINÊS.....	68
5. CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	78

1. INTRODUÇÃO

A crescente participação chinesa no sistema internacional desde o início dos anos 2000 tem sido tema de estudo em diversos e amplos campos, buscando responder questões variadas. Tais estudos podem variar em estrutura e objetivos, mas a temática, quando aplicada a análise de casos específicos, parece compartilhar um ponto comum: entender de que modo a projeção da China afeta as dinâmicas dos Estados e atores envolvidos.

Buscando compreender o foco da projeção chinesa a nível internacional, observa-se dados como os expostos pelo *China Africa Research Initiative* (SAIS-CARI), que trazem o continente africano como destino de mais de 40% dos investimentos globais chineses em projetos de auxílio externo, entre 2013 e 2018. Entre as práticas de auxílio externo estão englobados os empréstimos internacionais, que no caso da China, tem, no cenário africano, a Angola e a Etiópia como principais receptores (2000-2018). A promoção de auxílio externo configura-se como um dos três principais eixos das políticas do *economic statecraft* chinês - junto a promoção do comércio e de investimentos - (MASTANDUNO, 2012). O conceito de *economic statecraft*, inicialmente proposto por David Baldwin (1985, 2020), é aqui utilizado como plano de fundo para analisar as dinâmicas de projeção da China. Aqui traduzido como estatismo econômico, o conceito de *economic statecraft* - apesar de suas variações - tem se consolidado como o uso da economia e de suas ferramentas e mecanismos como um instrumento de perseguição aos objetivos da política externa dos Estados (NORRIS, 2016).

A partir de dados como o mencionado, entende-se a importância do continente africano no cenário. Partindo desse entendimento, a definição do tema deste trabalho veio também do interesse pessoal do autor em compreender quais Estados se destacam nessa dinâmica continental de aproximação com a China. Além disso, soma-se a definição do tema a percepção de que o campo de estudos acerca da projeção chinesa no continente carece de aprofundamento, ainda que tais investigações a nível global estejam em alta.

Entendendo a importância da Etiópia no recorte, elencou-se o estudo do aprofundamento da relação sino-etiope como um dos objetivos desta pesquisa. Esse estudo está ligado ao objetivo central do trabalho: analisar possíveis alterações da política externa etiope entre 1995 e 2018 com base no Modelo de Mudança de Política Externa, proposto por Charles Hermann (1990). O Modelo proposto por Hermann conta com, de forma geral, três principais eixos de análise, sendo eles: agentes primários de mudança; graus de mudança de política externa; e também fases do processo de alterações de política externa. Todos esses eixos elencados por Charles Hermann serão aqui examinados a partir do recorte proposto.

Essa relação entre os objetivos está descrita na hipótese do autor de que ações do estatismo econômico (*economic statecraft*) chinês teriam influência nas alterações políticas etíopes entre 1995 e 2018, através de uma maior aproximação política da Etiópia com a China por meio da aplicação de estratégias econômicas. Essa hipótese foi definida a partir da delimitação do problema de pesquisa sintetizado no questionamento se seria o fortalecimento das relações inicialmente econômicas entre China e Etiópia durante as últimas décadas capaz de influenciar os rumos da política externa etíope?

O marco temporal foi propositalmente definido a partir dos anos de governo dos ex-primeiros-ministros etíopes Meles Zenawi (1995-2012) e Hailemariam Desalegn (2012-2018) e também do período de aproximação da Etiópia com a China, que inicia-se na década de 1990 e soma indicadores favoráveis durante o período analisado.

A análise intencionada tem como base, no primeiro capítulo “Estatismo econômico e mudança de política externa”, a apresentação do aparato teórico acerca do *economic statecraft* apresentado por Baldwin (1985, 2020) e também dos processos de mudança de política externa, focado no Modelo de Alteração de Política Externa, de Hermann (1990). Em seguida, o segundo capítulo “Estatismo econômico da China: no mundo, na África e na Etiópia” discorre acerca dos indicadores do estatismo econômico chinês em três níveis decrescentes, partindo de um panorama global para o estudo nacional. A apresentação desses indicadores está relacionada aos eixos da projeção chinesa (promoção de investimentos, comércio e auxílio externo). No campo dos investimentos, apresentam-se dados de investimentos externos diretos (IED), enquanto no campo comércio são discutidos, em geral, as importações e exportações. Por fim, no campo do auxílio externo tem-se o destaque de dados acerca dos empréstimos internacionais e de projetos de auxílio para o desenvolvimento.

Inicia-se a análise dos indicadores a nível global, que antecede a apresentação dos indicadores a nível continental - África -, finalizando com a apresentação dos dados da projeção do *economic statecraft* para a Etiópia. Tal lógica de afunilar a apresentação dos indicadores está relacionada à intenção do autor de demonstrar o valor de cada região seguinte na análise, mostrando o sentido dessa.

Por fim, o terceiro capítulo “Política externa da Etiópia” discorre sobre a política externa etíope, buscando trazer, inicialmente, um apanhado histórico de eventos importantes para a formação e estabilização dos princípios norteadores da PEX do país. Feita essa apresentação, o capítulo discute ainda a relação da Etiópia com as grandes potências durante a Guerra Fria e também os rumos da política externa etíope durante os anos de 1995 e 2018, foco do estudo. A parte final do capítulo contém a análise das possíveis mudanças de política

externa com base no Modelo de Hermann (1990) e a possível influência do *economic statecraft* chinês, compilando as conceituações apresentadas com o estudo elaborado.

Utilizando-se majoritariamente de fontes secundárias, o trabalho tem como base uma abordagem histórica e de revisão bibliográfica. Contando com a ajuda de materiais como artigos, livros, notícias e periódicos, a pesquisa bibliográfica aqui compilada busca contribuir, em algum grau, ao ainda pequeno campo de estudo acerca das dinâmicas chinesas no continente africano. A partir de bancos de dados foram produzidos também quadros, gráficos e figuras durante o desenvolvimento do trabalho, com o intuito de facilitar a compreensão dos cenários. Dessa forma, valorizando a área e buscando impulsionar a divulgação e possivelmente o interesse dos estudos nas temáticas apresentadas.

2. ESTATISMO ECONÔMICO E MUDANÇA DE POLÍTICA EXTERNA

2.1 *ECONOMIC STATECRAFT*

Conceituado como “[...] o uso de ferramentas e relacionamentos econômicos para alcançar objetivos de política externa” (MASTANDUNO, 2012, p. 222, tradução nossa¹), o conceito de *Economic Statecraft* (EE) será, para fins de clareza, aqui traduzido e trabalhado também como Estatismo Econômico. Trazido inicialmente por David A. Baldwin em 1985 e revisitado pelo autor em 2020, o conceito de estatismo econômico, como o próprio autor apresenta, é utilizado e interpretado de diversas formas, dependendo do contexto empregado e das preferências do autor em questão.

[...] grande parte daqueles que já escreveram sobre a temática - do estatismo econômico - são narradores de eventos ao invés de teóricos, dessa forma fazendo com que alguns termos internos sejam comumente utilizados de diferentes formas e por vezes abordados de maneira vaga. (BALDWIN, 2020, p. 28, tradução nossa²).

Apesar de destacar essa variedade, Baldwin traz em “*Economic Statecraft - New Edition*” (2020) três componentes básicos que, segundo o autor, devem ser respeitados como pilares do conceito, sendo eles: 1) Economia como o tipo de instrumento de política utilizado na busca por influência; 2) Presença de atores internacionais para além do Estado na dinâmica; e 3) Envolvimento de dimensões comportamentais e culturais no cenário, tais como fatores culturais, organizacionais e políticos.

A obra de Baldwin faz um esforço inicial de definir o que seria *Economic Statecraft* a partir da definição do que é de fato *statecraft* e também o que seria *economic*, para então seguir para a discussão do termo *Economic Statecraft*, ou estatismo econômico. Com isso, tem-se a definição de *statecraft* como sendo um “apanhado de ferramentas, políticas e afins que um Estado tem a sua disposição para perseguir seus interesses no sistema internacional” (NORRIS, 2016, p. 15, tradução nossa³). Feito isso, Baldwin busca então definir *economic* como todas as transações, trocas, bens e propriedades que podem ser precificados e medidos em termos de dinheiro. Somando as definições apresentadas, Baldwin segue então a concluir

¹ No original, “[...] as the use of instruments at the disposal of central political authorities to serve foreign policy purposes.” (MASTANDUNO, 2012, p. 222).

² No original, “[...] most of those who have written on this subject are narrators of events rather than conceptualizers” and that “there are few important terms which are used so often and so loosely.” (BALDWIN, 2020, p. 28).

³ No original, “[...] statecraft defines the range of tools, policies, etc. a state has at its disposal to pursue its interests in the international system.” (NORRIS, 2016, p. 15).

que o estatismo econômico seria o conjunto de atividades políticas e estratégias de um Estado que dependem e ao mesmo tempo se apoiam nos recursos econômicos que o ator tem a seu dispor (NORRIS, 2016).

Levando em conta o apresentado pelos autores, é preciso ter em mente que, de forma geral, o conceito de estatismo econômico tem se consolidado como a ideia do uso da economia e de seus mecanismos como um meio de perseguir objetivos de política externa, como apresenta William J. Norris (2016, p. 13-14, tradução nossa⁴)

Economic statecraft é definido como a manipulação intencional pelo Estado das interações econômicas a fim de capitalizar, reforçar ou reduzir as externalidades estratégicas associadas. [...] essa manipulação ocorre por meio de uma variedade de ferramentas de política estatal, incluindo sanções, taxações, embargos, acordos comerciais, congelamento de ativos, políticas de engajamento, manipulação cambial, tarifas e etc.

Além disso, Norris (2016, p. 14, tradução nossa⁵) defende que o estatismo econômico é “a prática intencional de um Estado incentivar atores comerciais a agirem de uma forma que gere externalidades de segurança que sejam propícias aos interesses estratégicos do Estado”. O autor ressalta também que esses incentivos podem ser usados tanto para encorajar como para desencorajar comportamentos específicos dos atores comerciais. Em “*Economic Statecraft*” (2012), Michael Mastanduno traz um apanhado de quais seriam os principais objetivos do estatismo econômico, como visto no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Objetivos do Estatismo Econômico frente a outros Estados

Influenciar a política doméstica
Influenciar a política externa
Enfraquecer ou fortalecer a capacidade econômica ou militar
Minar o governo e/ou sistema político

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mastanduno (2012)

⁴ No original, “*Economic statecraft, however, is the intentional attempt of the state to incentivize commercial actors to act in a manner that generates security externalities that are conducive to the state’s strategic interests. [...] Such manipulation occurs through a range of state policy tools including sanctions, taxation, embargoes, trade agreements, asset freezing, engagement policies, currency manipulation, subsidies, tariffs, trade agreements, etc.*” (NORRIS, 2016, p. 13-14).

⁵ No original, “*Economic statecraft, however, is the intentional attempt of the state to incentivize commercial actors to act in a manner that generates security externalities that are conducive to the state’s strategic interests.*” (NORRIS, 2016, p. 13-14).

Vale ressaltar que o estatismo econômico possui características distintas, podendo ser classificado em diferentes formas. Ainda que este trabalho não foque no estudo específico de todas essas classificações, é importante notar a existência dessas diferenciações. Uma dessas características é a classificação do *Economic Statecraft* como negativo ou positivo, a depender das forças e estratégias empregadas. Em casos onde há o uso de ferramentas econômicas voltadas para a coerção ou punição, por exemplo, configura-se como negativo. Por outro lado, é considerado positivo quando se utilizam ferramentas econômicas para a promoção de incentivos ou recompensas. Uma segunda classificação diz respeito ao caráter unilateral ou multilateral das práticas, onde práticas unilaterais envolvem esforços de apenas um governo enquanto práticas multilaterais abarcam estratégias de múltiplos governos ou atores em busca de coordenar políticas frente a outros países e/ou governos (MASTANDUNO, 2012).

Este trabalho foca na discussão acerca do estatismo econômico positivo, que ganha força após o fim da Guerra Fria e tem sua base, como exposto, na promoção de incentivos econômicos como meio para alcançar objetivos políticos. Entre as principais formas de incentivos estão a promoção do comércio, de investimentos e também de auxílio externo (MASTANDUNO, 2012), que são os três eixos aqui analisados. Cada eixo contará com a análise das suas principais ferramentas de promoção durante o período de 1995 a 2018. Isso é, a promoção do comércio será analisada por meio do estudo analítico do número de importações e exportações durante o período, enquanto os investimentos serão vistos sob a ótica do crescimento do Investimento Externo Direto (IED). Por fim, a análise do eixo de auxílio externo será tratada analisando-se os indicadores de empréstimos cedidos e recebidos. É importante ressaltar que a análise proposta será limitada ao estudo de indicadores, e não de casos específicos fortemente aprofundados.

Acerca da obra de David Baldwin, Norris (2016) destaca a tentativa do autor em categorizar e avaliar os diversos tipos de estatismo econômico que os Estados podem utilizar para perseguir seus objetivos estratégicos. Chamando atenção para a política ao invés dos efeitos econômicos de usar ferramentas econômicas, Norris defende que Baldwin “buscou desafiar a visão vigente na época de que o estatismo econômico não configurava uma ferramenta efetiva de análise das relações internacionais.” (NORRIS, 2016, p. 15, tradução nossa⁶).

⁶ No original, “[...] he sought to challenge the view that economic statecraft is not an effective tool of international relations.” (NORRIS, 2016, p. 15).

Quanto à participação de atores internacionais além de unicamente os Estados propriamente ditos, é fundamental notar que a análise e estudo de temáticas relacionadas ao contexto de estatismo econômico precisam levar em conta esses demais atores, tais como os atores comerciais. Esses, nesse contexto, são - em sua maioria - empresas multinacionais privadas ou de participação estatal (NORRIS, 2016).

A participação de atores comerciais nas dinâmicas comerciais está muito ligada ao fato de que Estados em geral não possuem a capacidade de lidar sozinhos com todas as especificidades de negócios do comércio internacional, recorrendo a estes atores especializados. Uma vez formado esse elo, cabe aos atores gerir as relações de acordo com os interesses dos Estados (NORRIS, 2016). Com essa relação, pode surgir o chamado dilema de agência, que traz à tona a ideia de que, por vezes, os interesses dos Estados e de atores comerciais podem não ser exatamente os mesmos. Dessa forma, fazendo com que estes atores comerciais, com poder de agir em nome do Estado, passem a atuar de acordo com seus próprios interesses, deixando os interesses estatais em segundo plano, como defende Norris (2016, p. 12, tradução nossa⁷)

Assim como Estados contam com forças militares para exercerem a força nacional militar, Estados modernos contam com atores comerciais para exercerem o poder econômico nacional. Em ambos os cenários, Estados acabam enfrentando o dilema de agência. Isso é, o Estado deve trabalhar por meio de agentes especializados com a capacidade para de fato conduzir a atividade que levará aos interesses políticos nacionais desejados. [...] Esses desafios devem ser superados se o Estado conseguir exercer com sucesso essas formas de poder nacional.

Norris (2016) destaca ainda que a produção acadêmica acerca do estatismo econômico não se limita apenas à esfera ocidental, trazendo que existem produções bastante robustas para além das obras europeias e norte-americanas. O autor cita como exemplo as produções da esfera chinesa, que contam com duas principais correntes. Uma dessas visões é de caráter mais doméstico, que se preocupa com as possíveis vulnerabilidades do Estado ao investir em políticas de promoção do *Economic Statecraft* chinês. A segunda abordagem tende a trabalhar em um nível mais securitário, buscando analisar quantitativamente os resultados das práticas chinesas pelo globo.

⁷ No original, “Just as states must rely on militaries to exercise national military power, so too must modern states rely on commercial actors to exercise national economic power. In both instances, states find themselves facing principal-agent challenges. That is, the state must work through agents with the specialized capacity to actually conduct the activity that will lead to the desired national political outcome. [...] Such challenges must be overcome if the state hopes to deftly wield these forms of national power.” (NORRIS, 2016, p. 12).

William J. Norris afirma ainda que é dos escritos chineses que ele resgata um dos conceitos que a sua obra se baseia, o *jingji waijiao*, que o autor traduz como “diplomacia econômica” (*economic diplomacy*, no original). O conceito tem, segundo Norris (2016, p. 20, tradução nossa⁸), duas principais utilizações: “no primeiro sentido *jingji waijiao* é utilizado para identificar esforços diplomáticos para alcançar objetivos econômicos. O outro uso do termo está ligado ao uso instrumental de meios econômicos para alcançar objetivos de estratégia nacional.”

Para além da conceituação, Mastanduno (2012) apresenta que o fenômeno do estatismo econômico não é recente, havendo indícios de práticas relacionadas à temática desde, pelo menos, a Guerra do Peloponeso, na antiga Grécia. Isso é, apesar de o estudo da temática ser relativamente recente, as dinâmicas abrangidas não são recentes, ainda que tenham sido fortemente desenvolvidas a nível de processo a partir do século XX, como destaca o autor

[...] a utilização do estatismo econômico teve sua frequência aumentada a partir do século XX, uma vez que os países do sistema internacional se tornaram mais interdependentes dentro da economia global formada. Ao atrair países e seus cidadãos a uma rede econômica entre fronteiras cada vez mais estreita, a economia liberal mundial forneceu um ambiente estrutural confortável e chamativo, abrindo mais oportunidades para que os governos desenvolvessem o estatismo econômico, tanto o positivo como o negativo. (MASTANDUNO, 2012, p. 223, tradução nossa⁹).

O período marca uma crescente interdependência de Estados e atores na economia internacional, visto o rápido crescimento mundial e as dinâmicas que o acompanharam.

2.2 ALTERAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA

Entendendo que a política externa dos atores internacionais é mutável e passível de intervenções e investidas por parte de outros atores, é preciso entender de que forma as preferências e caminhos de política externa sofrem tais mudanças. É isso que Charles Hermann busca estudar em *Changing Course: When Governments Choose to Redirect*

⁸ No original, “In the first sense, *jingji waijiao* is used to identify diplomatic efforts designed to advance economic goals. The other use of the term (and more interesting for our purposes) is the instrumental use of economic means to achieve national strategic objectives.” (NORRIS, 2016, p. 20).

⁹ No original, “Foreign policy students should note that economic statecraft was used with increasing frequency during the twentieth century, as countries in the international system became more interdependent and a global economy formed. By drawing countries and their citizens into tighter economic networks across borders, the liberal world economy has provided an accommodating structural environment, opening more opportunities for governments to employ economic statecraft, both positively and negatively.” (MASTANDUNO, 2012, p. 223).

Foreign Policy (1990). Buscando primeiramente trazer a ideia de programa de política externa, o autor o conceitua como

[...] é um programa orientado por objetivos ou por problemas e conduzido por autoridades políticas e seus representantes focados nas entidades políticas para além de sua jurisdição política. Em outras palavras, é um programa (plano) desenhado para abarcar alguns problemas ou perseguir alguns objetivos que demandem ações direcionadas a entidades exteriores. O programa, a princípio, especifica as condições e os instrumentos de *statecraft* a serem utilizados. (HERMANN, 1990, p. 5, tradução nossa¹⁰).

Esquematisando tais alterações no programa, Hermann apresenta o Modelo de Alteração de Política Externa (figura 1) e nivela em quatro graus crescentes as mudanças de política externa: (01) ajustes minoritários; (02) alterações no programa de política externa; (03) alterações de objetivos e problemas de política externa; e (04) reorientação de objetivos internacionais. O autor defende que os ajustes minoritários tendem a ser quantitativos e dizem respeito apenas a pequenas adequações no que diz respeito ao esforço aplicado no projeto, expandindo ou afunilando escopos e alvos do programa. O que é feito, como é feito e os propósitos do que é feito não são alterados. Já as alterações no programa de política externa, essas sim contam com a alteração do o que é e como é feito, porém continuam sem mudanças no porque é feito.

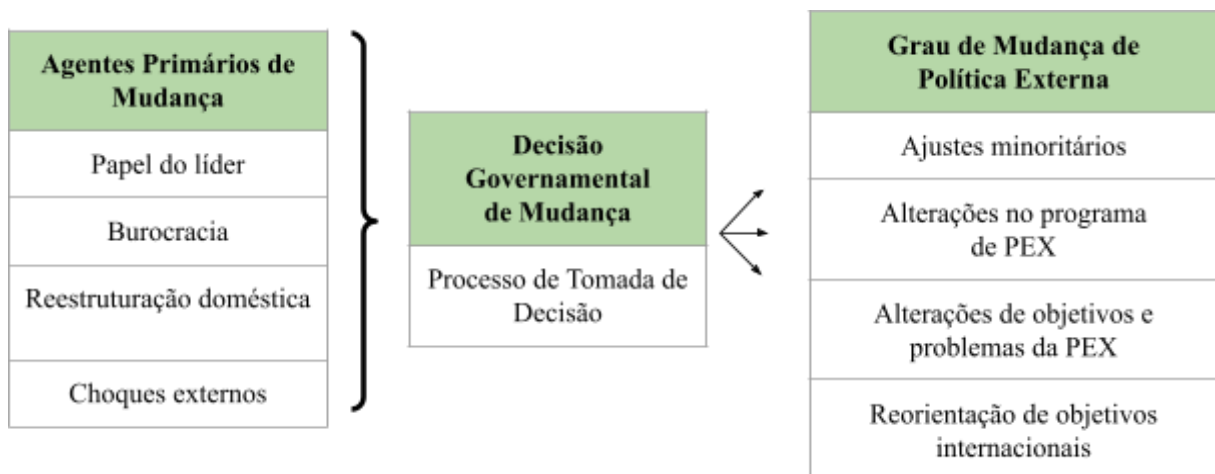
As alterações do programa são qualitativas e envolvem novas ferramentas de *statecraft*, como a busca de objetivos por meios diplomáticos ao invés de forças militares, por exemplo (HERMANN, 1990). As alterações de objetivos/problemas de política externa, por sua vez, contam também com a alteração do porque é feito, demonstrando uma mudança no objetivo inicial, que é substituído ou simplesmente abandonado. Por fim, a reorientação de objetivos internacionais, segundo Hermann (1990, p. 5, tradução nossa¹¹), é “[...] a mais extrema das formas de mudanças de política externa, envolvendo o redirecionamento total do(s) ator(es) frente à política internacional”. Neste caso, existe a alteração de toda a relação internacional do ator, fazendo com que diversas políticas sejam alteradas simultaneamente, não sendo limitada a uma política exclusiva ou ainda um pequeno grupo de políticas (HERMANN, 1990).

¹⁰ No original, “[...] *it is a goal oriented or problem-oriented program by authoritative policymakers (or their representatives) directed toward entities outside the policymakers' political jurisdiction. In other words, it is a program (plan) designed to address some problem or pursue some goal that entails action toward foreign entities. The program presumably specifies the conditions and instruments of statecraft.*” (HERMANN, 1990, p. 5).

¹¹ No original, “[...] *the most extreme form of foreign policy change involves the redirection of the actor's entire orientation toward world affairs.*” (HERMANN, 1990, p. 5).

Hermann defende ainda que existem quatro grandes fatores responsáveis pela garantia que tais mudanças de política externa tenham força e base para acontecerem, são os que o autor chama de “Agentes primários de mudança”: (01) Papel do líder; (02) Burocracia; (03) Reestruturação doméstica; e (04) Choques externos. Esses agentes, como mostra a figura 1 abaixo, antecede ou ainda baseia a decisão final do governante em seguir com as alterações de política externa, em qualquer que seja seu nível. Acerca do papel do líder, Hermann (1990) defende que mudanças advindas desse modo requerem um líder - que muitas vezes é o próprio gestor do país/ator - com convicção, poder, energia e poder ativo e por vezes autoritário no sentido de impor sua visão e seus desejos frente a política externa, caso essa não seja aceita ou acordada de modo pacífico.

Figura 1 – Modelo de Alteração de Política Externa - Hermann (1990)



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Hermann (1990, p. 13)

Ao defender a burocracia como um agente primário de mudança, o autor apresenta que tal cenário se visualiza quando um ou mais grupos dentro do governo entendem e são favoráveis ou pelo mesmo condescendentes à necessidade de mudança dos rumos da política externa. Charles Hermann diz ainda que para tal, não é necessário que todo o governo esteja convergindo para tais mudanças, mas sim que o(s) grupo(s) envolvidos tenham um posicionamento interno no governo suficientemente poderoso para que se tenha acesso aos oficiais de maior cargo.

Quanto à reestruturação doméstica como um agente de mudança, Hermann (1990, p. 12, tradução nossa¹²) traz que “a reestruturação doméstica refere-se ao segmento politicamente relevante da sociedade cujo apoio um regime precisa ter para poder governar”. Isso é, caso essa elite politicamente relevante decida, por qualquer que seja a razão, deixar de apoiar as políticas e/ou os governos atuais, a política externa e até mesmo o regime passam a estar passíveis de alterações.

Por fim, o autor traz os choques externos como agentes primários de mudança de política externa, os definindo como “grandes eventos em termos de visibilidade e impacto imediato. Eles não podem ser ignorados e nem esquecidos, e podem ainda desencadear grandes mudanças na política externa dos envolvidos” (HERMANN, 1990, p. 12, tradução nossa¹³). Entre os exemplos do que seriam ações de choque externo, Herman traz o Choque Nixon, de 1971, que entre outras medidas, trouxe o fim da conversão direta do padrão dólar-ouro e marcou o fim da era Bretton Woods¹⁴, trazendo consequências para todo o sistema internacional. Além dos quatro graus de mudança e os quatro fatores primários de mudança, Hermann apresenta ainda os sete níveis do que o autor chama de "Fases do processo de tomada de decisão em mudanças de políticas", como mostra o quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Fases do processo de mudanças políticas

Expectativas iniciais das políticas
Estímulo externo (ator/cenário)
Reconhecimento de informações discrepantes
Postulação de uma conexão entre a política e o problema
Desenvolvimento de alternativas
Construção de um consenso autoritário para a nova opção
Implementação de novas políticas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Hermann (1990, p. 14)

¹² No original, “*Domestic restructuring refers to the politically relevant segment of society whose support a regime needs to govern.*” (HERMANN, 1990, p. 12).

¹³ No original, “*By contrast, external shocks are large events in terms of visibility and immediate impact on the recipient. They cannot be ignored, and they can trigger major foreign policy change.*” (HERMANN, 1990, p. 12).

¹⁴ Responsáveis pela criação do Fundo Monetário Mundial (FMI) e do Banco Mundial (BM), os acordos de Bretton Woods foram definições aprovadas na Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, realizada nos Estados Unidos em 1944. Tais definições criavam regras para o funcionamento do sistema monetário internacional.

Segundo o autor, as fases seriam: (01) Expectativas iniciais das políticas; (02) Estímulo externo (ator/cenário); (03) Reconhecimento de informações discrepantes; (04) Postulação de uma conexão entre política e problema; (05) Desenvolvimento de alternativas; (06) Construção de um consenso autoritário para a nova opção; e (07) Implementação de novas políticas. Ainda que proponha tais fases, o autor destaca

Talvez mais importante que qualquer configuração sequencial [das fases] é reconhecer que o processo não é linear. Para problemas mais complexos, a tomada de decisão frequentemente envolve ciclos e pausas mais do que processos ordenados em que cada estágio ocorre apenas uma vez e sempre leva diretamente ao estágio subsequente até que o passo final seja alcançado. (HERMANN, 1990, p. 14, tradução nossa¹⁵).

Quanto às fases propriamente ditas, Hermann defende que a primeira fase, a de expectativas iniciais das políticas, só existe pois políticas são formadas a partir de pensamentos derivados de políticas anteriores ou ainda são baseados em políticas vistas em cenários terceiros. Isso é, é necessário que a análise das políticas comece de algum ponto, e segundo Hermann, essa fase é este ponto. A segunda fase seria a de estímulo, ou ainda de observação externa. A existência de fatores externos às políticas aplicadas faz com que exista, em algum nível, uma espécie de monitoramento acerca de políticas que podem vir a ser investigadas e possivelmente aplicadas. Esse monitoramento não é necessariamente negativo à política atual no sentido de que sempre irá trazer a mudança total das políticas, mas pode trabalhar também como um motor de expansão e desenvolvimento das políticas atualmente empregadas.

A fase de reconhecimento de informações discrepantes funciona como uma possível consequência do monitoramento e dos estímulos do cenário externo. Isso é, uma vez que esses estímulos acabem trazendo informações que sejam inconsistentes com as políticas ou a visão atual dos problemas, isso se torna uma espécie de pista para os tomadores de decisão. Com isso, os governantes estarão a par de novas informações, transformando informações em possíveis alertas às políticas vigentes. Acerca dessa fase, Hermann (1990, p. 15, tradução

¹⁵ No original, “*but perhaps more important than any particular configuration of the sequence is the recognition that the process is not linear. For major problems, decision making frequently involves cycles and pauses rather than an orderly process in which each stage occurs only once and always leads directly into one subsequent step until an outcome is reached.*” (HERMANN, 1990, p. 14).

nossa¹⁶) apresenta que

É claro que, é possível que sejam reconhecidas algumas dificuldades que requerem apenas alguns ajustes, sem grandes redirecionamentos. Para grandes alterações de política externa acontecerem, é necessário que as autoridades responsáveis pela tomada de decisão concluam que suas formulações anteriores acerca do problema e/ou do modo de lidar com a temática não acomodam mais as informações recebidas.

Feito isso, chega-se a fase de postulação de uma conexão entre a política e o problema. Isso é, o momento quando os tomadores de decisão visualizam que de fato existem informações discrepantes e reconhecem a necessidade de estudo das políticas aplicadas atualmente e os problemas verificados. Para Hermann (1990, p. 17, tradução nossa¹⁷) “os tomadores de decisão devem concluir que a política de seus governos é ou ineficaz em lidar com o problema, tornando o problema pior e gerando consideráveis novos problemas ou então está custando muito mais que o esperado”. Com isso, chega-se à quinta fase, denominada de desenvolvimento de alternativas. Nesse momento, os tomadores de decisão já estão cientes e reconhecem as divergências apresentadas, tornando necessário a pesquisa e o estudo de possíveis caminhos a serem seguidos. Tais novos caminhos podem ser tanto referentes à reformulação do problema em si, reorientando a política como um todo, ou ainda referente a alterações na política aplicada.

Concluído esse estudo e apresentado ao tomador de decisão, chega-se à sexta e penúltima fase. A etapa de construção de um consenso autoritário para a nova opção é quando o tomador de decisão já está ciente das alternativas estudadas e já tem em mente o novo caminho a ser seguido. Para isso, porém, é preciso que seja construído um consenso entre os setores da sociedade politicamente relevantes a fim de que a nova política seja de fato acolhida e posta em prática, como defende Hermann

Quando o poder é compartilhado entre múltiplos atores, o consenso é mais provável quando todos os atores aceitam um conjunto comum de normas acerca do processo governamental e da legitimidade política dos outros participantes. [...] Quanto mais ideologicamente similares forem os tomadores de decisão que devem aprovar a

¹⁶ No original, “*Of course, it may be possible to recognize that some difficulty has arisen that requires only some adjustment of the policy, but no major redirection. For major foreign policy change to occur, it is necessary for authoritative policymakers to conclude that their prior formulation of the problem, their mode of dealing with it, or both, no longer accommodate information received.*” (HERMANN, 1990, p. 15).

¹⁷ No original, “*The policymakers must conclude that their government policy is either ineffective in dealing with the problem, making the problem worse, generating new problems of substantial concern, or costing much more than anticipated.*” (HERMANN, 1990, p. 15).

mudança da política, maior a probabilidade de que um consenso seja alcançado sobre a mudança de política. (HERMANN, 1990, p. 19, tradução nossa¹⁸).

A partir do momento que um consenso acerca da nova política é construído, chega-se à sétima e última fase, a de implementação de novas políticas. Essa fase diz respeito a de fato por a nova política selecionada em prática. Acerca da possível existência de resistência ou ainda de oposição a adoção das novas políticas, o autor comenta que

Se a política anterior tiver forte apoio mesmo após ser ordenada a mudança de curso, ou ainda se houverem fortes proponentes de outra opção não adotada, a resistência à nova política pode ser manifestada durante a implementação. Por isso, é importante garantir que os indivíduos e agentes encarregados da implementação e manutenção da nova política estejam totalmente engajados no projeto. (HERMANN, 1990, p. 19, tradução nossa¹⁹).

Ainda que tal escolha tenha sido feita pelo tomador de decisão final, a implementação de políticas pode se mostrar complicada uma vez que exista uma oposição forte ou ainda se os atores envolvidos na implementação não estiveram completamente envolvidos no projeto, como defende Hermann.

A partir do entendimento desses que são os conceitos chave para a elaboração do trabalho - *economic statecraft* e alteração de política externa, o trabalho será dividido em dois momentos de análise. O primeiro desses é a apresentação da dinâmica acerca do estatismo econômico, seguido da análise do histórico e práticas da política externa etiope. Esses dois momentos se encontram na análise final proposta no fim do capítulo 4, onde os tópicos são relacionados e o exame da relação desses entendimentos é feita.

¹⁸ No original, “*When power is shared among multiple actors, consensus is more likely when all actors accept a common set of norms governing the political process and the political legitimacy of the other participants. [...] The more ideologically similar are the policymakers who must approve a change in policy, the more likely will a consensus be reached on a change in policy.*” (HERMANN, 1990, p. 19).

¹⁹ No original, “*If the previous policy had strong advocates even after a change in course has been ordered, or if there are powerful proponents of another option not adopted, then resistance to the new policy may manifest itself during implementation. Thus it becomes important to establish whether those individuals and agencies charged with carrying out a policy are fully committed to it.*” (HERMANN, 1990, p. 19).

3. ESTATISMO ECONÔMICO DA CHINA: NO MUNDO, NA ÁFRICA E NA ETIÓPIA

A fim de entender como se dá o *Economic Statecraft* (EE) da China no cenário internacional, é preciso compreender de que forma a China construiu sua política externa e sua economia para esse momento. Com isso, esse capítulo contará, na primeira seção, com uma breve contextualização de como se deram as políticas do estatismo econômico nos governos chineses a partir da criação da República Popular da China, em 1949. Em seguida, o capítulo conta com mais três seções, sendo elas referentes à exposição de como se deu o estatismo econômico chinês durante o período de 1995 a 2018 frente ao mundo, com a África e, por fim, com a Etiópia, indo do geral ao específico. As seções que seguirão a essa contextualização serão calcadas em uma exposição de dados e interpretações acerca de alguns dos principais eixos de EE, sendo eles: comércio, investimentos e auxílio externo.

3.1 HISTÓRICO DO *ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS

Com a formação da República Popular da China (RPC) em 1949 sob o comando de Mao Zedong, o Estado estava muito atrelado à ideologia comunista vista na URSS (KEITH; XIAOTONG, 2017). Ainda que Mao tenha rompido com o regime soviético, a influência comunista no governo Zedong era clara e logo Mao se via como o líder de um movimento de Estados não alinhados às políticas do embate bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, como defendem os autores "A China se percebeu como um líder ideológico dos [países] não alinhados na economia global durante esse período (1961-1976) - esse instinto de liderança permanece, ainda que sustentado por um claro cálculo de interesse nacional."

Com um Estado anti-imperialista visando a construção de bases fortes e buscando a autossuficiência, Mao visava a aproximação aos Estados não alinhados como um meio de apoiar a criação de uma nova ordem econômica internacional. Tal percepção é defendida por Keith e Xiaotong (2017), que enxergam as políticas de Mao Zedong como uma tentativa de fugir das amarras bilaterais das suportências.

Subindo ao poder em 1982, Deng Xiaoping mantém a ideologia comunista como base política mas passa a acessar calculadamente o liberalismo no campo da economia. Mantendo também a construção de um estado forte como um de seus principais objetivos, o governo de Deng Xiaoping via o liberalismo econômico como uma forma de inserir cada vez mais a

China no cenário internacional

Deng Xiaoping (no cargo entre 1982-1987) precisou se esforçar para superar o legado econômico de Mao. Ainda que com diferentes graus de sucesso, e com persistência contra interesses já enraizados, foi capaz de direcionar a China para um padrão de Estado socialista com uma economia orientada para o mercado (“Socialismo com características chinesas”). Deng e seus apoiadores foram bastante seletivos na escolha de valores econômicos liberais específicos. (KEITH; XIAOTONG, 2017, p. 187, tradução nossa²⁰).

Com a crescente proximidade da China ao liberalismo econômico, tem-se, em 1980, a adesão da China ao FMI e ao Banco Mundial. Como exposto, as políticas chinesas de Deng Xiaoping visavam a ascensão global do Estado chinês, e a adesão chinesa às principais instituições políticas-financeiras do período prova isso (OLIVEIRA, 2010). Para além das instituições mencionadas, foi também durante o governo Xiaoping que se visualizou o processo de adesão chinesa ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, GATT), em meados da década de 1980.

Sucessor de Deng Xiaoping, Jiang Zemin rege o país entre 1989 e 2002. Mantendo as posições do seu antecessor (comunismo como ideologia política e liberalismo no campo econômico), Zemin é o responsável pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2001 (OLIVEIRA, 2010).

Assumindo o poder em 2002 e mantendo-se no cargo até 2012, Hu Jintao governa a China durante um período de intensa movimentação no sistema internacional. O governo de Jintao, que também manteve o comunismo como ideologia política, busca somar ao liberalismo traços do mercantilismo, visando o incentivo a indústrias emergentes estratégicas para o Estado chinês. Esse incentivo se intensifica a partir de 2007 com a Crise Financeira Mundial²¹, como defendem Keith e Xiaotong (2017, p. 188, tradução nossa²²) “O crescimento da ênfase de Pequim nas políticas mercantilistas se tornou evidente durante o segundo mandato de Hu (2007-2012), e foi muito baseado na frustração chinesa ao perceber a sua incapacidade de utilizar a ordem internacional liberal conduzida pelos Estados Unidos para

²⁰ No original, “*Deng Xiaoping (in office 1982–1987) struggled to overcome Mao’s economic legacy with varying degrees of success, but was able with persistence against vested interests to direct China toward a socialist state with a market-oriented economy (“Socialism with Chinese characteristics”). Deng and his supporters were selective in their adoption of liberal economic values.*” (KEITH; XIAOTONG, 2017, p. 187).

²¹ Conjuntura econômica mundial vista entre 2007 e 2008. Provocada principalmente pela falência do tradicional banco de investimentos americano Lehman Brothers, que levou à falência de instituições financeiras por todo o mundo.

²² No original, “*Beijing’s increasing emphasis on mercantilist policies became evident during Hu’s second term (2007–2012), and it was couched in terms of frustration over China’s perceived inability to use the U.S.- led liberal international order to attain its economic and political objectives.*” (KEITH; XIAOTONG, 2017, p. 188).

atingir seus objetivos econômicos e políticos.”

Para muitos, o governo de Jintao falhou ao não aproveitar a oportunidade da forte recessão no ocidente durante 2007-2008 para criar vantagem política e econômica frente aos Estados Unidos e a Europa como um todo (KEITH; XIAOTONG, 2017). Os autores expõem uma visão de que a China estaria ainda em um processo de consolidação do seu poderio econômico e encontrou dificuldades de atravessar a ordem internacional vigente, estabelecida pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Ainda dentro do campo econômico, a China estaria e continuaria lutando para conciliar os elementos do marxismo, liberalismo e mercantilismo que estavam ainda em voga, como defendem Keith e Xiaotong (2017, p. 189, tradução nossa²³) “Essa temática continuou na era Xi, visto que o atual líder encara o mesmo problema central que Deng, Jiang e Hu encararam - a dificuldade em unificar um Estado liderado por um partido Comunista com uma economia de mercado liberal”.

Pode-se perceber que, ainda que tenha sofrido mudanças visando uma maior abertura no campo econômico, o campo ideológico chinês se manteve fortemente atrelado à ideologia comunista durante todos os governantes da RPC. Objetivos como a construção de um Estado forte e o desenvolvimento econômico também estão presentes durante todo o período, desde Mao Zedong a Hu Jintao.

Com a emergência de Xi Jinping ao posto presidencial chinês, nota-se a manutenção das preferências ideológicas mas também se percebem mudanças no campo econômico e de objetivos de política externa, resultando em novas estratégias de estatismo econômico. Tais mudanças estão muito ligadas a percepção chinesa de que suas ações de inserção no sistema internacional comandado por potências ocidentais não estaria sendo tão bem sucedida como o imaginado, como trazem Keith e Xiaotong (2017, p. 189, tradução nossa²⁴)

Os chineses descrevem o comportamento dos Estados Unidos de líderes das instituições multilaterais como um meio de preservar as vantagens políticas e econômicas do pós Segunda Guerra Mundial e pós Guerra Fria. [...] Uma política externa ativa e ativista é então necessária para reformar as estruturas globais que atualmente parecem estar direcionadas à América do Norte e à Europa.

²³ No original, “*This theme has continued into the Xi era, as the current leadership faces the same core problem that Deng, Jiang, and Hu faced—namely the difficulty in unifying a Communist Party-state with a liberal market economy.*” (KEITH; XIAOTONG, 2017, p. 189).

²⁴ No original, “*The Chinese depict the United States as leading multilateral institutions with a view to preserving its post-WWII and post-Cold war political and economic advantages. [...] An activist foreign policy is therefore required to reform global structures that appear biased toward North America and Europe.*” (KEITH; XIAOTONG, 2017, p. 189).

Por outro lado, os autores afirmam ainda que o comportamento chinês compreende uma tentativa de resistir às regras e ordens que, teoricamente, deveriam guiar o caminho de todos os Estados, incluindo a China e os Estados Unidos. A construção da visão chinesa sobre o estatismo econômico está ligada a isso e, de forma geral, a cinco principais fatores: comércio, finanças, energia, tecnologia e inserção internacional. (KEITH; XIAOTONG, 2017).

Assim como seus antecessores, Xi tem esses fatores como norte para a construção de um estado forte, porém se diferencia dos antigos governantes a partir do momento que passa a investir mais ativamente contra ordens vigentes. Entre as divergências está a soma de conceitos e visões de cunho socialista no campo econômico, junto às já vigentes práticas liberais/mercantilistas. Tais práticas estão muito ligadas a reafirmação conceitual dos interesses da China de Xi Jinping frente a economias em desenvolvimento

Xi propôs um novo conceito de moralidade e interesses em relação a países e atores e em desenvolvimento, colocando a moral como prioridade frente a outros interesses, na perspectiva chinesa. O novo conceito de moralidade de Xi é originário da tradicional compreensão confucionista da relação entre riqueza e moralidade, que tende a pôr a moral (ou virtude) acima dos interesses econômicos. [...] Em outras palavras, o entendimento de Xi acerca do estatismo econômico é influenciado pelo tradicional pensamento político e filosófico da China, que se mantém relevante e ativo nas práticas da política internacional chinesa. (KEITH; XIAOTONG, 2017, p.191-192, tradução nossa²⁵).

A soma do Confucionismo²⁶ à interpretação das relações e práticas chinesas para o mundo auxiliam a compreensão da dinâmica, expondo a ligação política e econômica dessa e exemplificando o *Economic Statecraft* em ação. Dessa forma, demonstrando a investida chinesa em explorar a influência chinesa pelo mundo para além da sua força unicamente econômica, demonstrando o interesse em construir laços também culturais e políticos. (KEITH; XIAOTONG, 2017). De modo prático, essa relação pode ser vista a partir da diversificação de projetos e interesses a nível internacional a partir do início do século XXI e principalmente após a Grande Recessão, a partir de 2008.

²⁵ No original, “Xi proposed a “new concept of morality (‘Yi’, 义 in Chinese) and interests (‘Li,’ 利 in Chinese) vis-à-vis developing countries, putting morality before interests in the Chinese perspective.15 Xi’s new concept of morality originates from China’s traditional Confucian understanding of the relationship between wealth and morality, which tends to put morals (or virtues) above economic interests. [...] In other words, Xi’s understanding of economic statecraft is influenced by China’s traditional political thought and philosophy, which still has relevance in international politics.” (KEITH; XIAOTONG, 2017, p.191-192).

²⁶ O Confucionismo se trata de um corrente ética, filosófica e política baseada nos ensinamentos de Kung-Fu-Tzu, o Confúcio. Para o Confucionismo, existem virtudes vitais para a vida em sociedade: disciplina, harmonia social, respeito mútuo, estudo, consciência política, altruísmo, tolerância, trabalho e respeito aos valores morais.

Chegando ao poder em 2012, Xi Jinping iniciou diversos projetos com diferentes atores e em diferentes continentes, como é o caso de iniciativas como o BRICS²⁷ e a Nova Rota da Seda²⁸, além de projetos como os corredores econômicos China-Paquistão e Bangladesh-China-Índia-Myanmar²⁹, que segundo Keith e Xiaotong (2017, p. 191, tradução nossa) “são projetos que envolvem investimento em infraestrutura e promovem o desenvolvimento e a cooperação econômica aos envolvidos”. Com isso, finaliza-se essa seção do capítulo com a noção de que desde a formação da República Popular da China com Mao Zedong, em 1949, ocorrem transformações políticas e econômicas no país, mantendo-se porém, princípios norteadores.

As transformações estão muito ligadas a um processo de adaptação e alocação chinesa dentro do sistema internacional, onde os líderes chineses buscaram, durante todo esse processo, mostrar um esforço chinês em balancear práticas ao invés de abandonar condutas já enraizadas no contexto doméstico. Um exemplo disso é a manutenção da ideologia comunista como eixo político principal, enquanto o campo econômico passa de um Estado abertamente marxista e de economia fechada com Zedong para um processo de liberalização planejado e articulado com os líderes seguintes, como defende Chin (2015, p. 217-218, tradução nossa³⁰)

Pequim está dedicando e deslocando uma enorme quantidade de recursos financeiros e humanos, assim como como capital político e diplomático, para a criação de novas instituições. Elas são a expressão da audaciosa ambição que distingue os atuais líderes chineses dos seus cautelosos e deferentes antecessores.

Entendendo como se deu a formação e desenvolvimento das práticas do estatismo econômico da China historicamente, as próximas seções trazem um apanhado histórico acerca das estratégias e investidas chinesas, dando destaque a indicadores para cada um dos três eixos do estatismo econômico analisados.

²⁷ Acrônimo em inglês para *Brazil, Russia, India, China e South Africa*. É um agrupamento de países formado em 2009 que visava o fortalecimento da relação entre os cinco países em desenvolvimento, guiados com base nos princípios de igualdade, benefício mútuo e não interferência.

²⁸ No inglês *Belt and Road Initiative*, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento adotada por Xi Jinping para o desenvolvimento de investimentos e infraestrutura.

²⁹ Proposto em 2015 pelo governo chinês, tratam-se de projetos de infraestrutura que buscam conectar a China ao Paquistão e a China a Bangladesh, Índia e Myanmar.

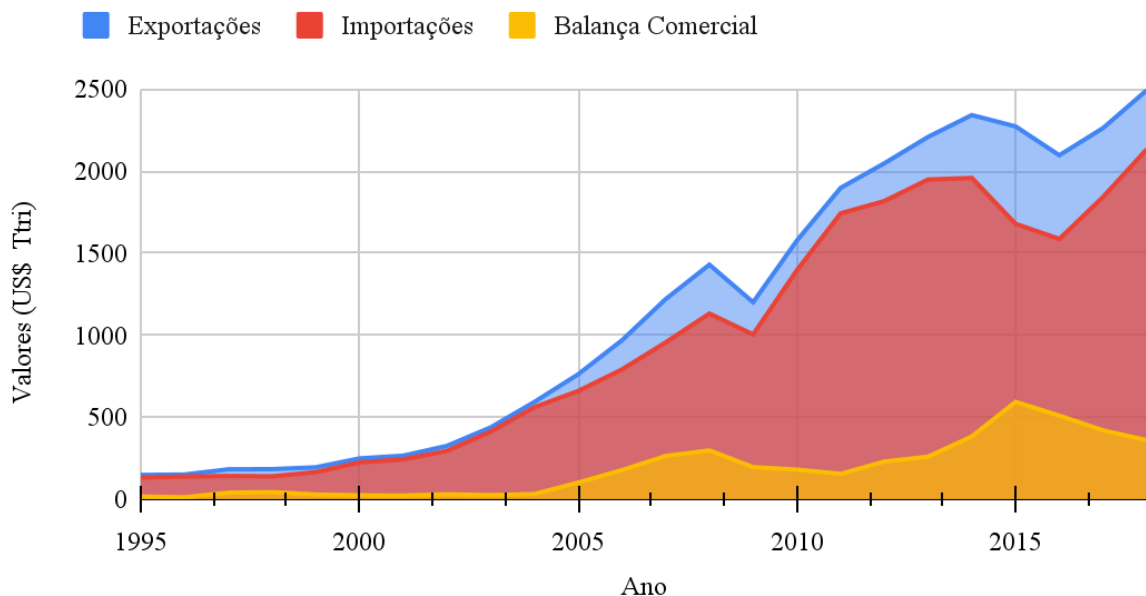
³⁰ No original “*Beijing is dedicating enormous financial and human resources, as well as political and diplomatic capital, to the creation of these new institutions. They are expressions of the bold ambition that distinguishes the current Chinese leaders from their more cautious and deferential predecessors.*” (CHIN, 2015, p. 217-218).

3.2 NO MUNDO

Compreendendo a evolução chinesa frente ao uso e desenvolvimento do *Economic Statecraft* exposto acima, pode-se então analisar as dinâmicas da superpotência asiática para com o mundo. Chin (2015, p. 217, tradução nossa³¹) defende que “a China se transformou em um ator global com uma crescente confiança, sendo capaz de capitalizar em seu acumulado de recursos e experiências, [...] Pequim está agora construindo novas instituições financeiras multilaterais onde a China sente no centro da mesa, ditando regras e configurando padrões”, ao se referir a mudança comportamental dos líderes chineses a partir do fim da primeira década dos anos 2000. O autor expõe ainda esse cenário sucede décadas de um comportamento chinês de integração chinesa a um sistema de instituições internacionais já existentes, tais como a OMC.

As bases para a construção de tal assertividade e confiança chinesa nos últimos anos pode ser vista em indicadores tais como o comércio mundial. Sendo uma das formas mais utilizadas de EE, o comércio chinês com o globo cresceu a níveis galopantes nas últimas décadas, como mostra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Comércio Internacional China-Mundo (1995-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de WITS - World Integrated Trade Solution (2018)

³¹ No original, “China has transformed into an increasingly confident global actor, keen to capitalize on its accumulated resources and experience, [...] Beijing is now building new multilateral financial institutions where it sits at the center of the table, making rules and setting standards.” (CHIN, 2015, p. 217).

Analisando a figura nota-se o forte crescimento mencionado, sendo notável fatos como o rápido e estável crescimento do comércio chinês com o globo, visto que ainda que tenha passado por momentos de queda, mostra recuperação rápida e tem seu pico em 2018, último ano do recorte. Cabe destacar também como os indicadores têm crescido juntos, demonstrando que de fato a economia chinesa cresce como um todo, e não apenas em exportações ou importações. Sendo seu período de maior crescimento em um menor período de tempo entre 2009 e 2011, quando apresentou um aumento de mais de US\$690 bilhões no valor das exportações, percebe-se como a economia chinesa teve um bom momento após a Grande Recessão mencionada na seção acima. A manutenção de uma balança comercial favorável também dá à China margem de manobra para a execução de projetos e investimentos, que serão analisados a seguir. Acerca do crescimento chinês, Keith e Xiaotong (2017, p. 186, tradução nossa³²) afirmam

A base das crescentes políticas de *Economic Statecraft* é a determinação das lideranças chinesas em balancear o poderio chinês no campo político de acordo com os potentes indicadores econômicos do Estado. Esses esforços variam desde a representação e participação chinesa em instituições financeiras internacionais já existentes a busca pela criação de novas instituições sob a influência chinesa.

Para além do comércio, encontram-se também dentro das estratégias de estatismo econômico os investimentos. Nesse caso, os investimentos externos diretos (IEDs). O quadro 3 abaixo elucida tanto o crescimento monetário como a participação mundial do IED chinês para todo o mundo. Crescendo mais de 100 milhões de dólares entre 1995 e 2018, a China passou a ser responsável por mais de 10% de todo o IED mundial. Não figurando entre os 15 maiores IEDs em 1995, o Estado chinês cresce e assume a segunda posição em 2018, deixando para trás fortes economias como a França, os Estados Unidos e a Alemanha. Ficando atrás apenas do Japão, a China representou cerca de 13% de todo o IED global durante o ano de 2018.

³² No original, “*The foundation of this increasingly robust economic statecraft is the leadership’s determination to match China’s stature and influence in the global economy with the size and reach of its economy. These efforts range broadly from representation in international financial institutions and the adjustment of China’s stature and influence in existing financial institutions to the creation of new institutions to extend Chinese economic influence.*” (KEITH; XIAOTONG, 2017, p. 186).

Quadro 3 – IED China-Mundo - Evolução monetária (1995 e 2018)

Ano	OutFlow China (em milhões de US\$)	OutFlow Global (em milhões de US\$)	% OutFlow China/Global	Ranking Global
1995	25.000	358.573	6,97%	Estados Unidos (1º), UK (2º), Alemanha (3º)
2018	129.830	1.014.172	12,80%	Japão (1º); China (2º); França (3º)

Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

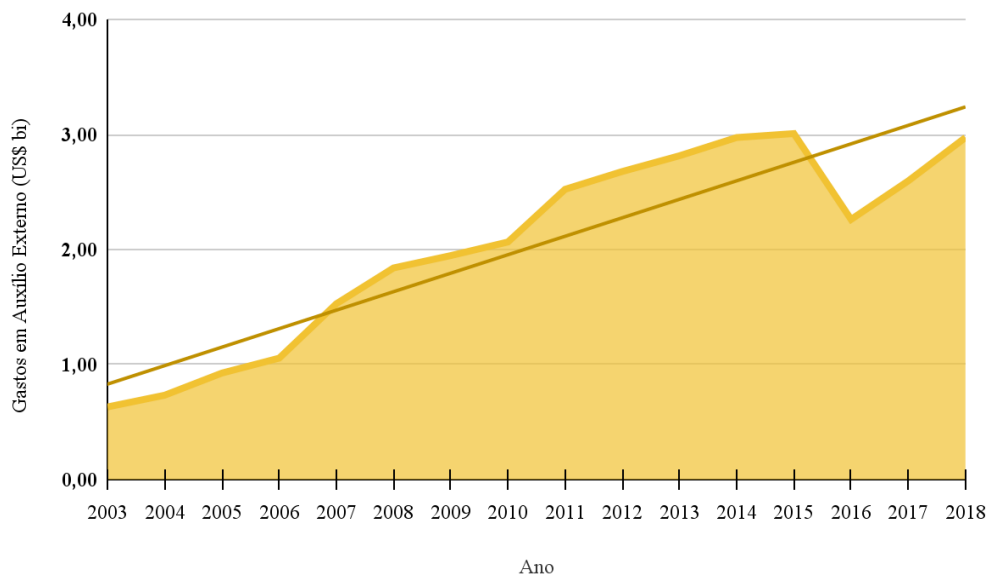
Outra forma de estatismo econômico bastante presente são as estratégias do eixo de auxílio externo (*Foreign Aid*, em inglês). Dentro dos serviços financeiros estão abarcadas as práticas de ajuda externa por meio de empréstimos e também por doações, que são as chamadas transações de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Definidas pela OCDE como “ajuda governamental que promove e visa especificamente o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento.” (tradução nossa³³).

Dados do relatório "*China's International Development Cooperation in the New Era*"³⁴ trazem um panorama dos gastos chineses em iniciativas de auxílio externo, que foram mapeadas no gráfico 2 abaixo. Observando o gráfico é possível destacar o padrão crescente dos investimentos chineses no campo, ainda que mostre um período de queda em 2016, que foi rapidamente recuperado até o último ano da análise, em 2018.

³³ Conceito de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Disponível em <<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>>. Acesso em: 19 abr 2022.

³⁴ CHINA, Conselho de Estado da República Popular da China. *China's International Development Cooperation in the New Era*. Pequim, 2010. Disponível em <http://english.scio.gov.cn/whitepapers/2021-01/10/content_77099782.htm>. Acesso em: 22 jun 2022.

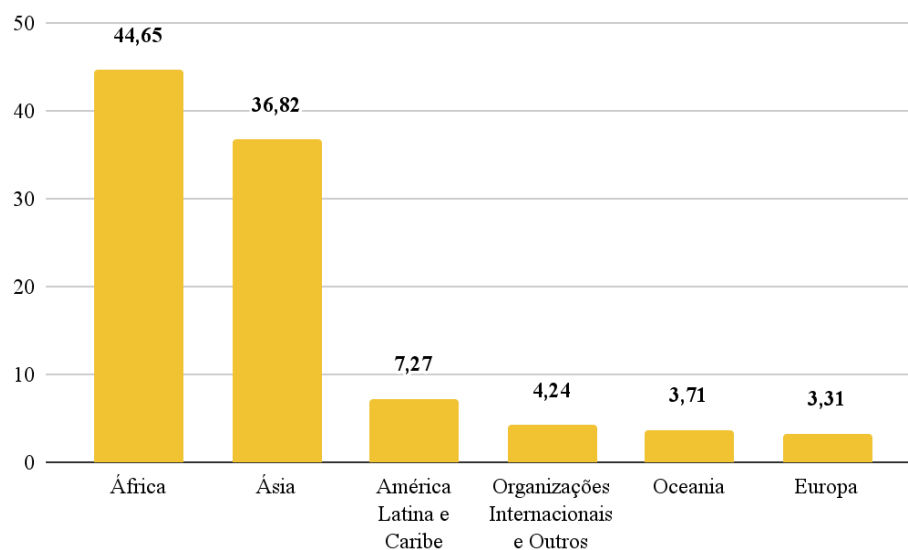
Gráfico 2 – Gastos em Auxílio Externo China-Mundo (2003-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

O relatório divulgado pelo Conselho de Estado da China traz ainda que dos quase 30 bilhões de dólares investidos pela China pelo globo entre 2013 e 2018, cerca de 44% foram destinados à África e praticamente 37% tiveram a Ásia como destino, como mostra o gráfico 3 abaixo. É interessante notar a forte presença africana no indicador, que demonstra a relação da superpotência com o continente, que será discutida no subcapítulo seguinte.

Gráfico 3 – Distribuição dos gastos de auxílio externo chinês por região (2013-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

Apesar do crescimento visto nos indicadores e eixos apresentados, a China tem enfrentado, por diversas vezes, críticas quanto a sua presença e seus investimentos pelo globo (CHIN, 2015). Entre os principais motivos para tais reclamações estão denúncias de más condições de trabalho e também a precariedade de produtos e serviços. Chin (2015, p. 220-221, tradução nossa³⁵) apresenta alguns desses casos e demonstra como tais denúncias estão espalhadas pelos continentes, trazendo exemplos de casos na África e na Ásia.

No sul da Zâmbia, protestos eclodiram em 2011 contra gerentes de fábricas chinesas, e em 2012 contra mineradores chineses. Em 2013, trabalhadores nigerianos protestaram contra as condições de trabalho em um projeto rodoviário sob controle da China. Na Ásia, exemplos englobam confrontos entre parceiros corporativos locais e chineses no controverso projeto de mineração de cobre no Myanmar, que fez crescer um sentimento local contrário à presença e investimentos chineses na região. [...] protestos ocorreram também contra a proposta de instalação da usina hidrelétrica de Stung Cheay Areng, no Camboja.

Apesar das críticas destacadas, a presença e crescimento chinês no continente mantém, de forma geral, uma imagem positiva entre os líderes e cidadãos dos atores envolvidos (CHIN, 2015).

3.3 NA ÁFRICA

Quanto ao estatismo econômico chinês na esfera do continente africano, esse data na década de 1950, quando a China passa a oferecer auxílio técnico e material a Estados sob a influência socialista (MORGAN, 2019). Apesar disso, a presença das práticas econômicas chinesas na África tem seu catalisador em 2006, com o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)³⁶

A relação China-África foi catapultada a partir de 2006, quando a China sediou a cúpula do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) para quarenta e oito líderes africanos, titulada como “amizade, paz, cooperação e desenvolvimento”, na qual

³⁵ No original, “*In southern Zambia, protests broke out in 2011 against Chinese factory managers, and in 2012 against Chinese mining companies. In 2013, Nigerian workers protested conditions on a Chinese-run highway construction project. In Asia, prominent examples include clashes in 2014 between Chinese and local corporate partners in the controversial Letpadaung Taung copper mine project in Myanmar. [...] protests against SinoHydro over the proposed Stung Cheay Areng dam in Cambodia.*” (CHIN, 2015, p. 220-221).

³⁶ Sigla para Fórum de Cooperação China-África, o FOCAC é um fórum oficial estabelecido em 2000 entre a China e todos os Estados do continente africano, exceto a Suazilândia. É o primeiro mecanismo de coordenação multilateral estabelecido entre a China e a África. Ao total, entre 2000 e 2022, já foram realizadas 8 reuniões do FOCAC.

Pequim comprometeu-se a escalar as importações e exportações a níveis sem precedentes, cancelar débitos e aumentar consideravelmente os investimentos e projetos de auxílio externo. (MORGAN, 2019, p. 90, tradução nossa³⁷).

De modo geral, a presença das políticas chinesas na África está concentrada nos três principais eixos de estatismo econômico já mencionados, sendo eles a promoção do comércio, de investimentos e também de auxílio externo (MASTANDUNO, 2012). Tais políticas se mostram bem sucedidas e contam com a aprovação de uma parcela da população africana, que as enxergam como um modelo de desenvolvimento ausente das amarras coloniais vistas nos investimentos advindos de países ocidentais. Por outro lado, uma outra parcela dos africanos, assim como exposto anteriormente, condena as políticas chinesas por razões como o transbordamento de mercados locais africanos com produtos de baixa qualidade, a destruição do meio ambiente e a contínua extração de recursos naturais (MORGAN, 2019).

É nesse sentido que Morgan (2019, p. 87, tradução nossa³⁸) traz os opostos discursos políticos de Meles Zenawi, ex-primeiro ministro etíope “China, sua incrível reemergência e seu comprometimento para uma parceria lucrativa para ambos os lados é uma das razões para o início do renascimento da África” e de Michael Sata, ex-presidente zambiano “Nós queremos que os chineses deixem a África e deixem os antigos colonizadores voltarem, pelo menos eles cuidavam de nós. [...] os chineses estão aqui apenas para nos explorar”.

Com isso, surge a preocupação chinesa em fazer esforços para que a imagem do país não seja de certa forma manchada no continente, o que faria com que as trocas chinesas com a África pudessem ser abaladas. Dessa forma, Morgan (2019, p. 96-97, tradução nossa³⁹) apresenta que entre esses esforços estão regulamentações e o reconhecimento de responsabilidades para com os Estados que recebem tais investimentos

Em adição ao processo de monitorar onde as empresas chinesas estão fazendo investimentos, o governo tem promulgado uma série de regulamentações para gerenciar o comportamento dos diversos investidores chineses na África e em outras

³⁷ No original, “China-Africa relationship ballooned rapidly after 2006, when China held a pivotal summit of the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) for forty-eight African leaders, themed “friendship, peace, cooperation and development” in which Beijing pledged to scale-up imports and exports to unprecedented levels, cancel debt, and increase aid and investment.” (MORGAN, 2019, p. 90).

³⁸ No original, “China, its amazing reemergence and its commitments for a win-win partnership with Africa, is one of the reasons for the beginning of the African renaissance.” e “We want the Chinese to leave and the old colonial rulers to return, at least they took good care of us. the Chinese are only out to exploit us.” (MORGAN, 2019, p. 87).

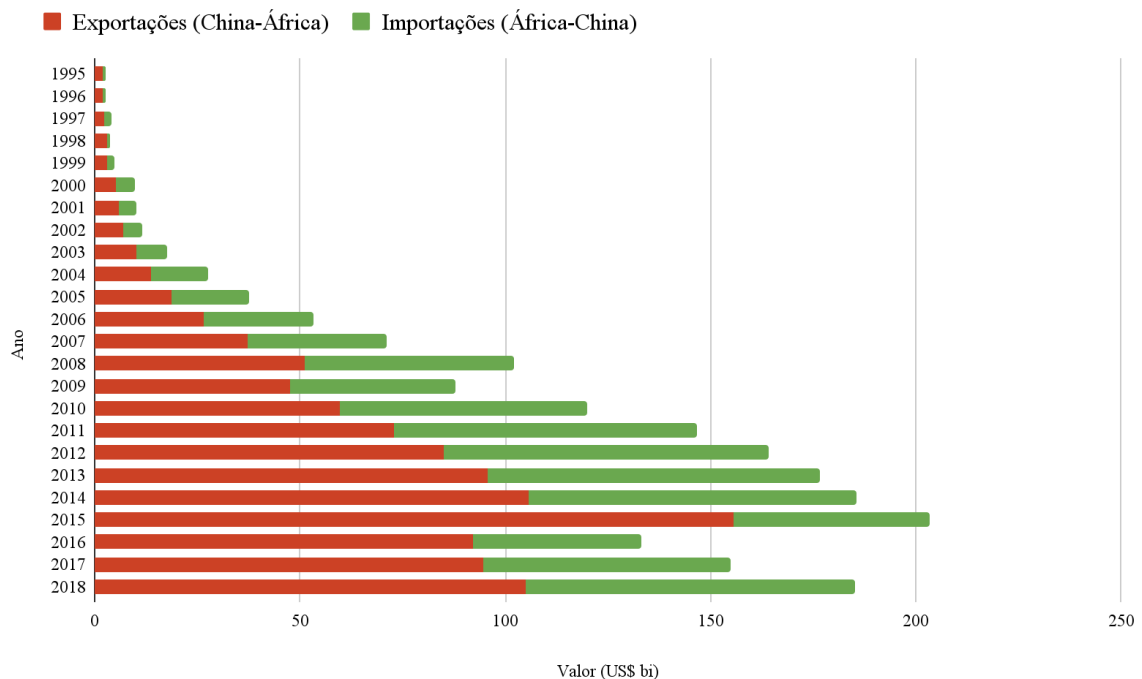
³⁹ No original, “In addition to processes to monitor where Chinese firms are making investments, the government has promulgated various regulations to manage the behavior of the myriad Chinese investors in Africa and elsewhere. These include provisions for corporate social responsibility, social policies, environmental management, fair competition, risk management, and security management.” (MORGAN, 2019, p. 96-97).

regiões. Esses incluem disposições de responsabilidade social corporativa, políticas sociais e ambientais, concorrência leal e também gestão de risco e segurança.

Assim como no subcapítulo anterior, esse também conta com uma análise dos indicadores presentes nos principais eixos do estatismo econômico chinês, agora analisado na dinâmica com o continente africano como um todo. O comércio entre a China e o continente africano tem crescido fortemente durante as últimas décadas, como mostra o gráfico 4 abaixo. Ainda que as exportações chinesas a África sejam na maior parte do tempo maiores que o valor de importações do continente para a China, houveram períodos como de 2004-2006 e 2010-2011 onde o cenário inverso foi observado.

Ambos os indicadores têm crescido nos últimos anos e mantido níveis elevados, visto por exemplo, pelo fato de que após ultrapassar a marca de 120 bilhões de dólares em trocas comerciais em 2010, o patamar do comércio China-África não obteve nenhum resultado anual menor do que a marca até o ano de 2018, tendo seu pico em 2015, quando somou mais de 200 bilhões.

Gráfico 4 – Comércio Internacional: China-África (1995-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

Outra forma de aplicação do estatismo econômico chinês na África é por meio de investimentos, nesse caso o Investimento Externo Direto (IED). Muito estimulado pela

política “*Going Global*”⁴⁰ aplicada pelos governantes chineses desde o início do século, o volume de projetos de investimento externo têm aumentado por todo o globo, como traz Morgan

Desde o lançamento da estratégia “*Go Global*” em 1999, estimular o fluxo comercial de investimentos externos chineses tem sido peça chave para a estratégia internacional chinesa e também para os esforços chineses em “encantar outras nações”. (MORGAN, 2019, p. 96, tradução nossa⁴¹, apud KURLANTZICK, 2007, p. 84)

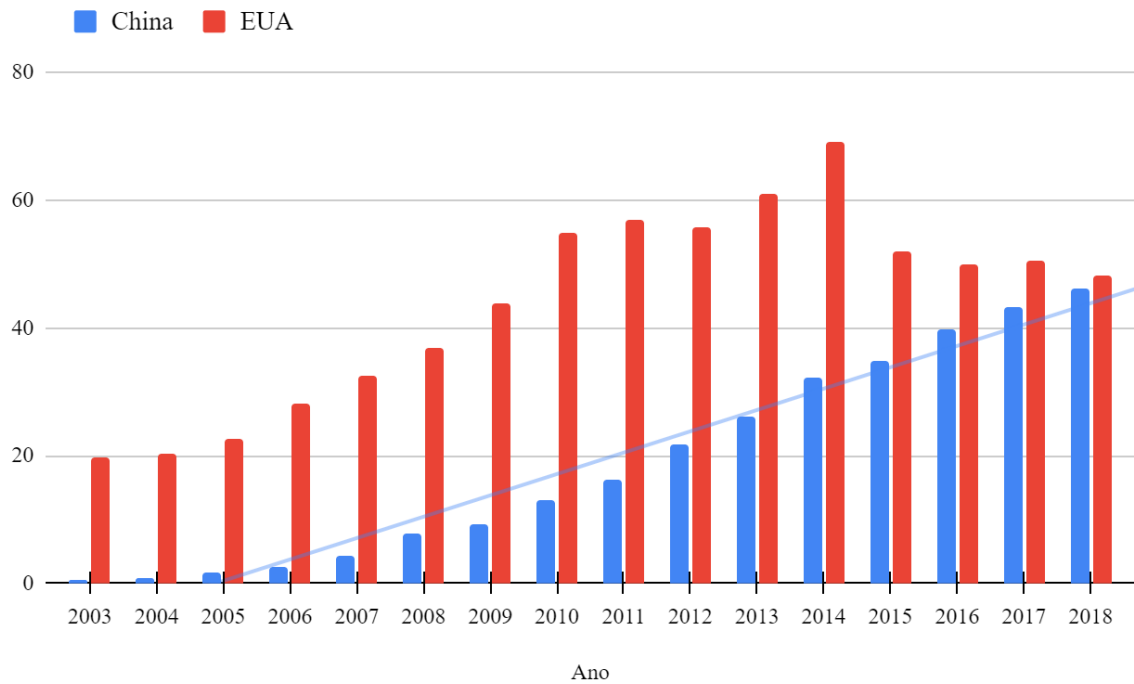
Dados do SAIS-CARI apresentam que os valores totais do estoque de IED Chinês no continente passaram de menos de 500 mil dólares para mais de 45 bilhões de dólares entre 2003 e 2018, como mostra o gráfico 5 abaixo. O padrão dos investimentos chineses no continente está muito concentrado em projetos de construção e mineração, que representaram em 2018, respectivamente, 32% e 22,7% dos investimentos totais da China no continente. Entre os países africanos que mais receberam tais investimentos chineses em 2018, cabe mencionar, em ordem decrescente, a África do Sul, a República Democrática do Congo, a Zâmbia e a Etiópia.

O aumento expressivo no valor total dos investimentos externos diretos se dá pelo crescimento econômico global chinês mas revela também um forte crescimento da participação africana na dinâmica do IED chinês. O aumento da relação entre a superpotência asiática e o continente se revela também ao compararmos os níveis de estoque de IED chinês e estadunidense na África, sendo visível consecutivas quedas norte-americanas em comparação com um sólido crescimento chinês. Tal crescimento chinês consegue dissolver um intervalo de praticamente 20 bilhões de dólares em 2003 a menos de 2 bilhões em 2018.

⁴⁰ A política de “*Going Global*” é um esforço do governo chinês iniciado em 1999 com o objetivo de promover os investimentos e a presença chinesa no exterior. Essa promoção é, por muitas vezes, guiada pela busca e promoção de investimentos estatais e privados por todo o globo.

⁴¹ No original, “*Since the launch of the 1999 “Go Global” strategy, stimulating outward commercial investment by Chinese businesses has been a key facet of China’s international strategy, and an important part of its efforts to “charm other nations”*”. (MORGAN, 2019, p. 96 apud KURLANTZICK, 2007, p. 84).

Gráfico 5 – Estoque de IED na África - China e Estados Unidos (2003-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

De modo geral, os investimentos chineses na África estão muito centralizados nas mãos de empresas estatais - ou pelo menos de participação estatal -, que dominam os setores de infraestrutura, além de investimentos em menor escala nos setores industriais e de serviços, representados por empresas do setor privado, em menor escala. (MORGAN, 2019)

Como já mencionado, as práticas do eixos de ajuda externa agrupam as políticas ligadas a empréstimos, projetos e doações (AOD). No cenário do continente, os serviços relacionados a ajuda externa estão ligados à China de diferentes modos. Enquanto projetos da área da saúde e educação são, em grande parte, gerenciados ou por ministérios específicos ou ainda por autoridades provinciais, grandes projetos de infraestrutura estão, em sua maioria, ligados a bancos ou empresas parcialmente ou totalmente sob o poder do Estado chinês. Essas são também conhecidas como empresas estatais (do inglês *State Owned Enterprises*, ou SOE) e contam com a implementação por meio de parceiros comerciais, que são pagos com garantias ou com a adoção de pequenos empréstimos (MORGAN, 2019).

Morgan (2019) afirma que a forte participação de empresas estatais ou pelo menos subsidiadas pelo governo chinês está ligada a mudanças internas da China durante as décadas de 1980 e 1990. Tais mudanças abrangem também reformas quanto às empresas estatais e subsidiadas, que agora estão mais interessadas em fatores comerciais que fatores de fato políticos ou estratégicos. A autora afirma ainda que

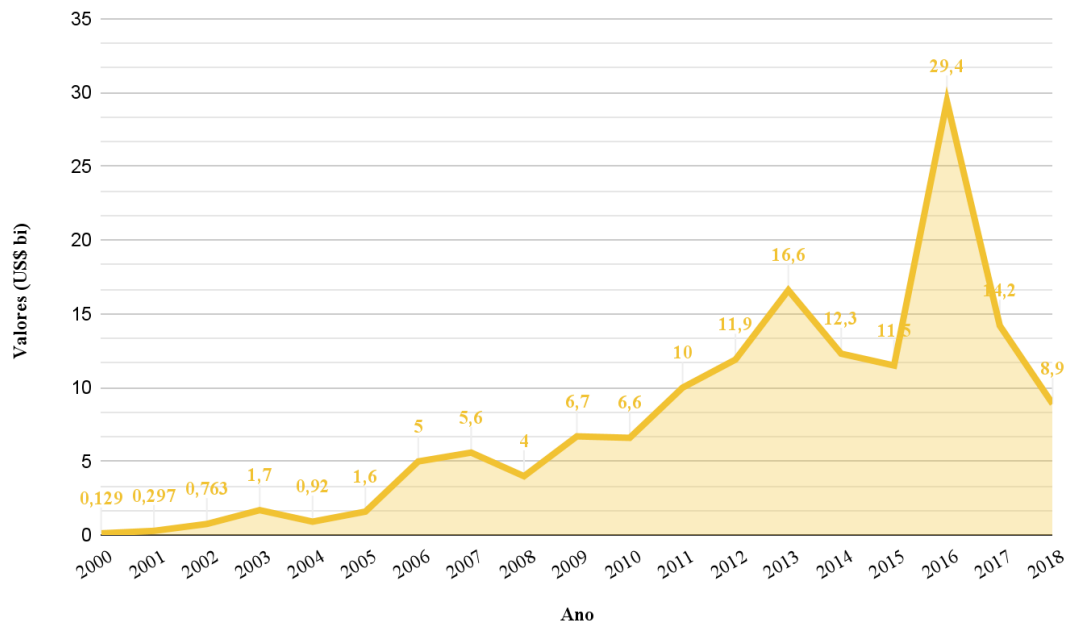
De todos os projetos listados na base de dados chinesa de financiamentos oficiais que contam com uma organização de implementação, 58% listam pelo menos uma empresa de participação estatal chinesa, com 18 dos 20 de maior valor monetário sendo contando com a implementação por meio dessas. (MORGAN, 2019, p. 91, tradução nossa⁴²).

Durante os últimos anos, a relação do continente africano com a superpotência asiática tem se fortalecido. Tal fortalecimento se confirma com o fato de que o continente foi o principal receptor de projetos de ajuda externa chineses, representando mais de 40% do total investido em todo o globo entre 2013 e 2018, segundo dados já mencionados. Dados do relatório do *China Africa Research Initiative* (SAIS-CARI) mostram ainda que o continente africano recebeu mais 4500 projetos de ajuda externa entre os anos de 2000 e 2017, mantidos em mais de 50 países no continente. Entre os Estados que mais receberam tais projetos, estão Angola, Sudão, Etiópia e também a República Democrática do Congo, recebendo todos esses mais de 200 projetos no período.

Ainda analisando os indicadores acerca do estatismo econômico chinês na África, tem-se os empréstimos como um indicador bastante gráfico do fortalecimento das relações entre os atores. O gráfico 6 abaixo traz os valores totais dos mais de 1100 empréstimos chineses ao continente entre os anos 2000 e 2018, que tiveram, em valores totais, a Angola, a Etiópia e a Zâmbia como maiores receptores. Observando a figura percebe-se que a relação é ativa desde o início no milênio, mesmo que em níveis muito inferiores aos observados nos últimos anos do recorte. Nota-se o quanto o valor empregado tem aumentado exponencialmente, passando de menos de 200 milhões de dólares em 2000 para quase 30 bilhões de dólares em 2015, que foi o ano de pico no período analisado. É importante notar que, ainda que o gráfico explicita quedas pontuais nos valores dos empréstimos chineses aos países africanos, esses valores continuam muito acima do observado nos primeiros anos do recorte, demonstrando uma manutenção desse envolvimento.

⁴² No original, “*Of the African projects in AidData’s database of Chinese official finance that list an implementing organization, 58 percent list a Chinese SOE as implementer, with eighteen out of the top twenty projects by monetary value implemented by an SOE.*” (MORGAN, 2019, p. 91).

Gráfico 6 – Empréstimos chineses a África (2000-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

O quadro 4 abaixo esquematiza os quatro principais setores de destino dos quase 150 bilhões de dólares concedidos via empréstimos ao continente como um todo, dentro do período analisado. Nota-se uma grande preponderância dos setores de Transporte e Energia, ambos contando com mais de 30 bilhões de dólares investidos durante o período. Logo atrás está o setor da Mineração, seguido da Comunicação. O entendimento dessa tabela é importante para a compreensão de que os empréstimos chineses no continente africano possuem diversos e diferentes destinos, visto as particularidades de cada um dos Estados e atores envolvidos na dinâmica. Esse ponto será discutido no subcapítulo seguinte, onde será analisada a fatia dos empréstimos fornecidos à Etiópia, destacando suas características.

Quadro 4 – Principais setores de destino dos empréstimos chineses a África (2000-2018)

Setores de destino (áreas)	Valores (em bilhões de dólares)
Transporte	44,2
Energia	37,0
Mineração	18,6
Comunicação	9,3

Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

Assim como a análise global demonstrou, na seção anterior, o estudo da presença do estatismo chinês na África também traz dados que revelam um alto e contínuo crescimento. Tais indicadores trazem ainda o caráter plural das promoções chinesas no continente, tanto em áreas como na natureza dos investimentos.

3.4 NA ETIÓPIA

A aproximação da China com a Etiópia se dá também nas três principais linhas do *economic statecraft* aqui analisadas. No que tange aos campos estratégico e econômico, os dois países compartilham visões e interesses em comum. Entre esses interesses estão os princípios de soberania nacional e não interferência doméstica, além da defesa de igualdade entre os Estados (CABESTAN, 2021).

A parceria entre os Estados têm crescido fortemente desde a década de 1990, aumentando a influência chinesa na região e enfraquecido a posição das potências ocidentais, como destaca Cabestan (2012, p. 62, tradução nossa⁴³)

É inegável que China e Etiópia têm construído desde 1995, e principalmente nos últimos dez anos, uma forte parceria diplomática e política. Espera-se que essa parceria seja duradoura, contribuindo diretamente para o enfraquecimento da influência de outras potências ativas no Chifre da África tais como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão, além de inibir o crescimento das ambições de países emergentes para com a região, tais como a Índia.

Durante os últimos anos, a China tem mantido a Etiópia em uma posição de parceria e privilégio dentro do continente africano (CABESTAN, 2012). Ainda que o padrão de parcerias chinesas no continente seja fortemente motivado por fatores econômicos, Jean-Pierre Cabestan defende que o cenário etiope constitui uma quebra a esse retrato. Tal quebra está no fato de que a Etiópia não representa um grande fornecedor de matéria prima e não conta com grandes reservas minerais, demonstrando que

[...] as motivações são diplomáticas, estratégicas, e até mesmo ideológicas. [...] para as autoridades chinesas, o cultivo da parceria com o segundo país africano mais populoso, a maior potência na sub-região e o anfitrião da sede da União Africana é

⁴³ No original, “There is no denying that China and Ethiopia have since 1995, and particularly over the last ten years, built an especially close diplomatic and economic partnership and that it is expected to be an enduring one, contributing directly to weakening the influence of other major powers active in the Horn of Africa such as the United States, the EU, and Japan, and curbing the ambitions of other emerging countries such as India.” (CABESTAN, 2012, p. 62)

também uma alavanca para a construção da influência chinesa em todo o continente. (CABESTAN, 2012, p. 62, tradução nossa⁴⁴).

O autor destaca também a influência regional e continental e posição territorial estratégica da Etiópia como interesses chineses na região. Para além disso, tem-se ainda fatores políticos e ideológicos, tais como a manutenção de um governo de caráter autoritário, a centralidade da economia e a relativa estabilidade econômica da Etiópia, cenário incomum na região (CABESTAN, 2012).

Além disso, Cabestan (2012) traz que a cooperação econômica e comercial da China com a Etiópia revela como tal parceria não representa um fim em si mesmo, mas sim um meio para o Estado chinês alcançar objetivos políticos em escala regional e continental, corroborando com a ideia do que seria o estatismo econômico chinês na prática. Os líderes etíopes têm atuado ativamente, principalmente a partir da virada do milênio, para que a parceria com a superpotência asiática seja consolidada a continue crescendo a altos níveis. Essa recepção das lideranças da Etiópia às estratégicas chinesas será discutida no próximo capítulo, que trata especificamente acerca da política externa do Estado.

Acerca dessa dinâmica, entende-se que, para a Etiópia, a parceria com a China vem ao encontro dos interesses domésticos e internacionais da potência africana. Cabestan (2012, p. 62, tradução nossa⁴⁵) defende que a relação “contribui para a manutenção do EPRDF no sistema político e militar, favorece o desenvolvimento econômico, diversifica as fontes de financiamento e fortalece a margem de manobra em negociações muitas vezes difíceis com seus doadores tradicionais”. O autor destaca ainda que

O interesse da Etiópia é que a China está ativamente engajada no seu desenvolvimento econômico e, assim como em qualquer lugar da África, está ajudando a diversificar o jogo: seus empréstimos e projetos de infraestrutura, sua acessibilidade, suas afinidades com o modelo de desenvolvimento “colbertista” de Meles Zenawi – todos esses fatores também nutrem essa parceria. (CABESTAN, 2012, p. 53, tradução nossa⁴⁶).

⁴⁴ No original, “[...] *the motivations are diplomatic, strategic, and even ideological. [...] for Chinese authorities, cultivating their counterparts in the second most populous African country, the main power in the sub-region, and host of the African Union headquarters, is also a lever to build its influence on the whole continent.*” (CABESTAN, 2021, p. 62).

⁴⁵ No original, “*It contributes to consolidating the EPRDF’s hold on the political system and the army, directly favors economic development, diversifies its funding sources, and increases its elbow room in often difficult negotiations with its traditional donors.*” (CABESTAN, 2021, p. 62).

⁴⁶ No original, “*Ethiopia’s interest is that China is actively engaged in its economic development and, as elsewhere in Africa, helps opening the game: its loans and infrastructure projects, its accessibility, its affinities with Prime Minister Meles’s “Colbertist” development model – all these factors also nurture the partnership.*” (CABESTAN, 2012, p. 53).

Ao observar os eixos do estatismo econômico chinês na Etiópia, notam-se indicadores bastante consideráveis no campo da promoção do comércio. Dados do SAIS-CARI revelam que o nível das exportações chinesas para e Etiópia tiveram um forte aumento entre 1995 e 2018, passando de, em valores totais, menos de 35 milhões de dólares em 1995 para mais de 2,5 bilhões de dólares, em 2018. Como o quadro 5 abaixo traz, esse aumento expressivo resultou no salto da Etiópia de 19º para 8º maior importador da China entre os Estados africanos no período.

Quadro 5 – Exportações China-Etiópia (1995 e 2018)

Ano	Valor (Milhões US\$)	Posição no continente
1995	31,28	19º
2018	2537,68	8º

Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

Embora não apresente um aumento relativo entre os Estados africanos tão potente como no caso das exportações, as importações etíopes para a China também tiveram um crescimento total bastante considerável, como mostra o quadro 6 abaixo. Enquanto dados de 1995 trazem que a Etiópia exportou menos de meio milhão de dólares em produtos no ano, indicadores de 2018 mostram que esse volume aumentou mais de trezentos milhões, chegando próximo dos 350 milhões em exportações da Etiópia em direção à China.

Quadro 6 – Importações Etiópia-China (1995 e 2018)

Ano	Valor (Milhões US\$)	Posição no continente
1995	0,61	26º
2018	338,42	25º

Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

A análise dos principais parceiros comerciais (em valores totais) da Etiópia traz à tona o intenso crescimento chinês na relação, como mostra o quadro 7 abaixo. Dados do *World Integrated Trade Solution* (da sigla em inglês, WITS) revelam que a China, em 1995, não figurava entre os cinco maiores Estados destinos de exportações e fontes de importações da Etiópia, posições que eram lideradas pela Alemanha e pelos Estados Unidos, como mostra o quadro. Entre 1995 e 2007, há um forte desenvolvimento da relação

sino-etiope, que é demonstrada no fato de que a China, em 2007, se torna a maior fonte de importações da Etiópia, posição que mantém até 2018, tendo seu pico percentual em 2015, com mais de 35% das importações totais etíopes no ano.

Quadro 7 – Principais parceiros comerciais da Etiópia (1995-2018)

Ano	Em exportações	Em importações
1995	Alemanha (29,09%)	Estados Unidos (12,93%)
2007	Estados Unidos (11,91%)	China (19,60%)
2009	China (20,99%)	China (24,08%)
2015	China (15,18%)	China (35,66%)
2018	China (8,94%)	China (28,29%)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de WITS - World Integrated Trade Solution (2018)

Para além das importações, a China tornou-se, em 2009, também o maior parceiro comercial etiope no campo das exportações. Com um índice de cerca de 21% do total das exportações da Etiópia no ano, a China se mantém, até 2018, como o maior destino da produção etiope, como mostra o quadro. Tal cenário destaca, mais uma vez, como a relação comercial entre China e Etiópia têm evoluído nas últimas décadas, fato comprovado pelo fato de que a superpotência asiática mantém o status de maior parceiro comercial etiope tanto de importações como exportações desde 2009.

Assim como na seção anterior, o eixo dos investimentos também é prática frequente do estatismo econômico chinês na Etiópia. Recebendo 218 projetos de investimento externo direto entre 2000 e 2017⁴⁷, a Etiópia figura como o 4º país africano que mais recebeu projetos chineses da modalidade durante o período, assumindo ainda a nona posição quando comparado com todo o globo. Dados do SAIS-CARI demonstram também a evolução da Etiópia frente ao estoque de IED chinês durante as últimas décadas. Ocupando a 21ª posição quanto aos países africanos com o maior estoque de IED chinês em 2004, a Etiópia salta para a 4ª posição em 2018, mantendo mais de 2.5 bilhões de dólares em estoque no ano.

⁴⁷ CUSTER, Samantha et al. Tracking Chinese Development Finance: An Application of AidData's TUFF 2.0 Methodology. **Williamsburg, VA: AidData at William & Mary, 2021.**

Quadro 8 – IED Chinês na Etiópia - Estoque de IED (2004 e 2018)

Ano	Valor (Milhões US\$)	Posição no continente
2004	4.78	21°
2018	2568,16	4°

Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

No eixo do auxílio externo, o *economic statecraft* chinês para com a Etiópia está muito centrado na concessão de empréstimos, que, como mencionado, foi o segundo Estado africano que mais recebeu empréstimos da China durante o período de 2000 e 2018. Recebendo mais de 13.5 bilhões de dólares no recorte temporal, a Etiópia foi o destino de mais da metade de todos os empréstimos chineses destinados ao setor de Indústria na África, como mostra o quadro 9 abaixo. Setores como o Transporte, a Energia e a Comunicação também se destacam, mas não possuem tanto peso frente ao continente como o setor da Indústria.

Quadro 9 – Principais setores de destino dos empréstimos chineses a Etiópia (2000-2018)

Setores de destino (áreas)	Valores (em bilhões de dólares)	Porcentagem (continente)
Transporte	4,8	10,86%
Energia	3,3	8,92%
Comunicação	3,1	33,33%
Indústria	2,1	56,76%

Fonte: Elaborado pelo autor, dados disponibilizados pelo SAIS-CARI (2021)

Seifudein Adem discorre na obra “*China in Ethiopia: Diplomacy and economics of Sino-optimism*”, de 2012, acerca dos, entre outras coisas, motivos que levaram os chineses a buscar investir em território etíope e conseqüentemente tornar a Etiópia o segundo maior receptor de empréstimos chineses do continente. Adem (2012) apresenta que a Etiópia, ao contrário de países africanos como a Angola, não possui grandes reservas minerais e não tem grandes porções territoriais costeiras, fatores que representam pontos de interesse chinês no continente.

Acerca disso, cabe interpretar os dados do SAIS-CARI que apresentam que de fato o interesse chinês nas reservas minerais angolanas está implícito nos empréstimos chineses destinados à área, que representam praticamente 94,62% dos empréstimos da área de

Mineração concedidos a todo o continente. Com isso, o autor defende que os interesses chineses são, em grande parte, diferentes dos interesses para com o Estado angolano. Isso é, as disposições chinesas na região estariam muito mais ligadas a fatores geopolíticos e estratégicos, visto a localização privilegiada da Etiópia, que se encontra próximo ao Mar Vermelho - rota de entrada para o Mar Mediterraneo e o continente europeu como um todo -.

Com o apresentado, percebe-se como o crescimento da relação sino-etiope tem sido refletido nos indicadores de análise aqui propostos, demonstrando como a parceria entre os Estados têm mostrado resultados para além da mera assinatura de acordos e a manutenção de visitas internacionais, que serão discutidas no próximo capítulo.

4. POLÍTICA EXTERNA DA ETIÓPIA

O último capítulo busca desenhar um histórico da política externa etíope nas suas três primeiras seções. A primeira das seções diz respeito a um apanhado geral de como se dá a política externa da Etiópia e quais são os principais norteadores dessa, buscando entender como se deu a percepção e adoção desses. Em seguida, a segunda seção é referente ao posicionamento etíope frente às dinâmicas regionais e para as grandes potências, entre 1947 e 1991. Buscando assim trazer um contexto de como se dão as dinâmicas etíopes frente ao sistema internacional.

Em seguida tem-se a apresentação da política externa da Etiópia entre 1995 e 2018, período de fato elencado como recorte temporal do trabalho. Nesta terceira seção, tem-se o foco na relação da Etiópia com a China durante os governos de Meles Zenawi (1995-2012) e Hailemariam Desalegn (2012-2018), destacando pontos importantes da parceria. Por fim, tem-se a quarta seção, com a análise das possíveis mudanças de política externa etíope entre 1995 e 2018 - sob a ótica do Modelo de Hermann (1990) - e as conclusões acerca da influência do estatismo econômico chinês no cenário.

4.1 GERAL

A fim de compreender como se dá a política externa etíope para o globo, faz-se necessário o esforço de analisar historicamente como se deu a formação tanto do Estado da Etiópia como as dinâmicas regionais envolvidas. Muito antes das investidas européias ao continente africano, as dinâmicas no continente já se mostravam bastante complexas e de longo alcance, ultrapassando as atuais fronteiras do continente

Anteriormente à partilha do continente, nos quadros da Conferência de Berlim (1885), ou mesmo previamente ao prelúdio das explorações europeias, observavam-se unidades políticas pré-coloniais, ora impérios e reinos ora arranjos de menor complexidade institucional, dotadas de poder coercitivo e econômico, cujos resquícios permanecem vigorantes na composição hodierna da África. (CASSEL, 2019, p. 17-18 apud VISENTINI, 2010).

Tais dinâmicas pré-coloniais eram desenvolvidas e notadas tanto em unidades claramente envolvidas em cenários intercontinentais tais como a sociedade egípcia, mas também em impérios e organizações notadamente menos discutidos tais como o Império de Axum e o Reino de Zimbabwe. O Império de Axum, em específico, precede a Abissínia,

também chamada de Império Etiópe. Fundado em 1270, o Império perdurou até 1974 e contou com dinâmicas e acontecimentos importantes para a formulação do que hoje conhecemos como Etiópia.

As estruturas estatais africanas, contudo, não se desenvolveram de maneira reclusa, apartadas e submissas às transformações mundiais e aos fluxos internacionais de pessoas e capitais. Para além dos povos europeus da Europa mediterrânea, árabes e islâmicos oriundos da Ásia ocidental e meridional também estabeleceram longínquos laços com a África, em especial no que tange aos espaços norte e nordeste do continente, culminando com a arabização e islamização destes. [...] No limiar do século X, excetuando-se o fator político-religioso da referida expansão, foi o comércio o fator que passou promover o incremento de laços do mundo islâmico com o continente africano. (CASSEL, 2019, p.18-19).

Colaborando com essa expansão do relacionamento do continente africano como um todo com as sociedades muçulmanas, o comércio passa a despontar como grande catalisador desse processo a partir do século X. Com o decorrer do tempo, as sociedades europeias passaram a fazer parte das dinâmicas africanas, tendo no século XIV e posteriormente as Grandes Navegações⁴⁸ como seu grande despontar. Motivadas pela busca de novas rotas comerciais marítimas, o período entre as Grandes Navegações e o início do século XIX foi fortemente marcado pelas disputas no entorno do continente africano, que se mostrava como rota central entre a Europa e a Ásia, que buscavam fugir das já consolidadas rotas pelo mediterrâneo e pelo Mar Vermelho (CASSEL, 2019).

É interessante notar que, como mencionado, as políticas empregadas atualmente pelos Estados africanos foram afetadas e até mesmo moldadas pelas experiências que esses enfrentaram durante períodos de forte agitação, como foi o decorrer dos séculos XV ao XIX. Uma das práticas desenvolvidas no período foi a barganha e a busca de balanceamento, como defende Cassel (2019, p, 19): “Muito interessa, por outro lado, pontuar que, ao longo desse processo, os governantes africanos, em especial aqueles Estados assentados no litoral, detiveram certo grau de poder e simetria para com os europeus ao negociar quer especiarias quer escravos.”

Ainda que tenham sido afetados pelas mudanças da chegada dos europeus ao continente, os atuais Estados da parte nordeste do continente viriam a ser ainda mais impactados no decorrer do século XIX. Conhecido como Chifre da África, a região nordeste

⁴⁸ Conhecido também como Expansão Marítima, foi um período de intensa exploração europeia pelo Oceano Atlântico, entre o início do século XV e o século XVI. É nesse cenário em que as potências europeias tais como Portugal e Espanha passam a explorar os continentes americanos e busca novas rotas para a Ásia.

da África abrange atualmente os Estados da Somália, Eritreia, Djibouti e Etiópia.

[...] a segunda metade do século XIX representou o momento em que se sucederam os engajamentos estrangeiros de mais intenso impacto para as estruturas políticas hoje existentes na África. No Chifre, tal transformação está intimamente atrelada ao advento do Canal de Suez, que conferiu relevância estratégica redobrada à região. (CASSEL, 2019, p. 21).

Governando entre 1855 e 1868, o imperador etíope Teodoro II marca um período de reestruturação do Império. Por muitas vezes sendo considerado como o imperador que dá início a era moderna no império, Teodoro II ascende ao poder com objetivos claros de modernização política, militar e estratégica das estruturas até então vigentes. Durante o governo, o Imperador adotou uma postura de contenção à expansão de atores que, segundo seu julgamento, se mostrassem como possíveis ameaças. Em âmbito internacional, Teodoro II buscava conter os avanços de estrangeiros - e principalmente britânicos - dentro do continente. Já no cenário regional, o Imperador mantinha uma posição de busca por fortalecimento e reconhecimento de poder na região, indo de encontro ao crescimento egípcio logo mais ao norte da África, como descreve Cassel (2019, p. 21)

Para além das intenções de modernização de Tewodros II, o governante também possuía o objetivo de dissuadir – ou, ao menos, antecipar – a expansão da influência não apenas britânica no Chifre da África, mas também egípcia [...]. Ambas pretensões – a fragmentação do poder de autoridades locais e a resistência à presença estrangeira –, contudo, funcionariam como um tiro saído pela culatra.

Agindo de forma ativa e agressiva, Teodoro II não conseguiu êxito em suas políticas, logo sendo derrotado por forças britânicas após investidas do Imperador contra as vontades da potência europeia. Ainda que o Imperador não tenha sido bem sucedido em grande parte das suas movimentações, o cenário explicita a formação de um caráter da política externa na Etiópia, trazendo os princípios de busca por crescimento de influência e poder regional e a aversão a influência de Estados estrangeiros em suas dinâmicas internas.

Poucos meses após o suicídio de Teodoro II, é inaugurado, no Egito, o Canal de Suez, em 1869. Com o canal cortando o Egito, a importância regional deste e a noção de competição da Etiópia com o país cresceram cada vez mais, impulsionando disputas regionais e a busca pelo poder na região nordeste da África. Sobe ao poder, em 1872, o imperador Yohannes IV, sucessor de Teodoro II. Ainda que seguindo os mesmos princípios norteadores de seu antecessor, o novo imperador buscou apostar em estratégias mais cautelosas, buscando conquistar apoio interno antes de lançar ofensivas para além das fronteiras da Etiópia.

Com as tensões entre os países cada vez mais claras, eclode em 1872 a Guerra Etíope-Egípcia. Gerida com sucesso pelo imperador Yohannes IV, a aplicação de sua estratégia de tornar o embate também um conflito de caráter religioso entre o cristianismo da Etiópia e o islamismo do Egito, a Etiópia vence a guerra e desestabiliza o então Quêdívato do Egito⁴⁹, como identifica Cassel (2019, p. 22)

Envolvida, portanto, nesse conflito desde 1872, quando do primeiro ataque, a Etiópia sairia vitoriosa apenas em 1876, ao cessarem, por desistência, as beligerâncias por parte dos egípcios. Zewde (2001), nesse sentido, argumenta que a erosão causada pela vitória etíope, posteriormente, constituiria um dos fatores que catalisariam o domínio britânico sobre o Egito em 1882.

Acompanhado da crescente presença africana em rotas comerciais e marítimas, cresce também o interesse europeu em adentrar o continente para além da ocupação costeira com a construção de portos, estações comerciais e entidades de controle. Esse interesse toma corpo e vê resultados concretos com a Conferência de Berlim (1885)⁵⁰. Entre os frutos da Conferência esteve a partilha do continente africano entre as sete potências europeias que participaram do evento, como mostra a figura 2 abaixo. Poucos países/impérios africanos não foram afetados diretamente pela divisão arbitrária dos territórios africanos, que não contou com a consulta ou sequer participação dos atores africanos. Entre os territórios que de fato não foram totalmente acoplados aos territórios imperialistas europeus, estão a Etiópia e a Libéria.

⁴⁹ Nomenclatura dada ao Estado autônomo do Império Otomano existente entre 1867 e 1914.

⁵⁰ Realizada entre 1884 e 1885, a Conferência de Berlim ou Conferência da África Ocidental discorreu, entre outros assuntos, sobre a partilha dos territórios africanos entre as potências europeias do cenário.

Figura 2 – Partilha do continente africano após a Conferência de Berlim (1885)



Fonte: Revista SuperInteressante (2020)⁵¹

Ainda que não tenha sido de fato partilhada aos europeus, tanto Etiópia como Egito se viram territorialmente cercadas por domínios agora sob o comando das potências europeias, sendo a presença britânica e italiana a mais latente na porção nordeste e sul do continente, enquanto a França ocupava praticamente toda a ala noroeste da África. Cada um dos atores europeus mantinham interesses distintos na região do Chifre da África, como destaca Cassel (2009, p. 25) “ao passo que a Itália visava à ocupação territorial e ao consequente estabelecimento de colônias, os britânicos almejavam o controle de porções de água, em especial da Bacia do Nilo, e de corredores marítimos em direção às Índias, como o Canal de Suez”.

Após a morte em combate do imperador Yohannes IV, sobe ao poder, em 1889, o imperador Menelik II. O novo imperador chega ao trono com a missão de continuar protegendo o território etíope de investidas estrangeiras e contrabalancear com sabedoria os interesses da Etiópia com os interesses das potências europeias. Visando estabelecer uma

⁵¹ BRUM, Maurício (Brasil). A partilha da África pelas potências europeias. Revista SuperInteressante, Brasil. 2020. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/especiais/a-partilha-da-africa/>>. Acesso em: 26 mai 2022.

relação diplomática com os italianos - que detinham boa parte dos territórios vizinhos -, foi estabelecido, ainda em 1889, o Tratado de Wuchale⁵² junto à Itália. Entre as pautas do tratado estavam o reconhecimento da independência da Etiópia ao passo que a Etiópia cede formalmente o território da Eritreia para a Itália.

Após extensas divergências quanto aos escritos do Tratado de Wuchale, Menelik II questiona a validade do Tratado e põe em xeque a relação diplomática da Etiópia junto à política italiana. Com o aumento das tensões entre os atores, ocorre a invasão italiana ao território etíope, em 1896. Conhecida como Batalha de Aduá⁵³, a invasão italiana fracassa e as forças da Etiópia saem exitosas do conflito. A vitória militar da Etiópia tem respaldo não somente no campo estratégico, mas sim no campo político e também na promoção e fortalecimento da imagem regional e internacional do império etíope.

Fortalecida, a Etiópia de Menelik II adentra o século XX fomentando a imagem de sobrevivente do imperialismo europeu (CASSEL, 2019) e buscando cada vez mais ampliar sua predominância regional, expandindo territórios e ampliando relações políticas com atores para além do cenário do Chifre. Assim como o exposto, momentos como esse foram de suma importância para a formação da política externa etíope atual, nutrindo os princípios de soberania regional, papel de importância no continente africano dentre os países do globo e a resistência a pressões internacionais.

Levando a Etiópia ao seu auge político até a época, Menelik II vem a falecer logo no fim da primeira década do século XX, em 1909. Passando por um período de lideranças breves, a Etiópia volta a ter uma liderança forte apenas em 1928, com a ascensão de Hailé Selassié I. Governada entre 1913 e 1916 por Lij Iyasu e pela imperatriz Zauditu entre 1917 e 1928, o império etíope de Hailé Selassie I buscava divulgar seus princípios de modernidade e altivez frente ao sistema internacional. Cassel (2019) defende que o cenário, todavia, revelou uma Etiópia economicamente fragilizada e crescentemente isolada do cenário internacional no período da Primeira Guerra Mundial e o Entreguerras⁵⁴.

A derrota italiana durante a Batalha de Adowa não foi facilmente superada pelas lideranças italianas, que desde então buscavam permanecer próximas aos limites do território etíope. Fomentado por essa sede de vingança (CASSEL, 2019), Mussolini emprega as forças

⁵² Firmado entre o Rei Menelik II junto ao conde Pietro Antonelli, da Itália, em 1889. Entre os acordos do tratado está a cessão dos territórios que hoje ocupam a atual Eritreia (Bogós, Hamasien, Serae e Akkele Guzay) por parte da Etiópia em troca da promessa italiana de auxílio militar e financeiro.

⁵³ Data de 1 de março de 1896, a Batalha de Aduá ocorreu entre Itália e Etiópia nas proximidades da cidade etíope de Aduá.

⁵⁴ Denominação ao período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial, entre 11 de novembro de 1918 a 1 setembro de 1939.

fascistas em uma nova tentativa de tomada do território da então Abissínia, em 1935. Saindo exitoso da investida contra o império, Mussolini faz com que o imperador Selassie I fuja e busque auxílio dentro das Liga das Nações, de que a Etiópia fazia parte desde sua fundação, em 1920. Apesar dos esforços do imperador etiope em confrontar Mussolini dentro do âmbito da organização, as potências europeias - França e Reino Unido - optaram por não contrapor a invasão fascista e acabam sendo condizentes com a derrota etiope perante as tropas italianas.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a região do Chifre também passa a sofrer consequências trazidas pelo conflito. Visto que a região estava majoritariamente sob o controle de Grã Bretanha, França e Itália, que travavam o conflito em lados opostos, estando as duas primeiras alinhadas aos Países Aliados⁵⁵ enquanto a última seguia os princípios do Eixo⁵⁶. Com as crescentes tensões, estoura, em 1941, a invasão do Império Etiope pelas forças aliadas, culminando na derrota italiana, que é retirada do território etiope e vê Haile Selassie I retornar ao posto de imperador com o apoio das forças inglesas.

Logo após a invasão e a vitória inglesa sobre os italianos, é celebrado, em 1942, o Acordo de Adis Abeba. Ainda que o acordo trouxesse o reconhecimento da soberania nacional etiope por parte dos britânicos, o documento trazia também regulações e limitações que mantinham sob o arcabouço político da Grã Bretanha ações políticas, militares e até mesmo culturais do Império Etiope (CASSEL, 2019). Descontente com a interferência britânica no território, Selassie I busca apoio dos Estados Unidos da América (EUA), crescente potência mundial com o despontar da Segunda Guerra. O interesse do imperador em procurar ajuda no Estado americano está muito ligado aos princípios contra o colonialismo que os EUA brandiam (CASSEL, 2019). O aceno aos Estados Unidos teve recepção favorável, que enxergava a Etiópia como um possível aliado dentro do continente africano. É nesse contexto que nasce uma relação Etiópia-EUA que viria a perdurar por muitos anos, como será discutido neste trabalho.

Com o fim da Segunda Guerra, a década de 1940 foi marcada por intensas mudanças a nível regional e internacional. Entre essas mudanças está a crescente presença internacional dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em contraponto à derrocada das potências europeias e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Comportamento comum após conflitos internacionais, o pós Segunda Guerra também foi marcado por tratados e convenções que visaram tratar sobre o destino de questões

⁵⁵ Coalizão militar entre Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial.

⁵⁶ Coalizão militar entre Alemanha, Itália e Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

latentes com o fim do conflito. Uma dessas questões era a determinação de como seriam distribuídos os territórios até então em posse das forças fascistas. É o que foi debatido com o Tratado de Paz de Paris (1947), que extinguiu a África Oriental Italiana (Eritreia e Somalilândia Italiana) e removeu a soberania italiana sobre os domínios (CASSEL, 2019).

Com o fim da soberania italiana na região, os domínios passam temporariamente para as mãos dos ingleses, que agora comandavam também o Ogaden, a Somalilândia e a Eritreia, na região do Chifre. Ainda que se mostrasse um ator internacional de forte presença, o Reino Unido já não contava com tamanha força política internacional para manter os territórios sob sua posse sem que passasse por ponderações frente às demais potências do sistema.

Com isso, abre-se margem para a discussão por parte das potências mundiais de qual seria o destino de tais territórios, que foi discutido durante a Comissão das Quatro Potências, que contou com a participação de Estados Unidos, URSS, Reino Unido e França. Durante a comissão, os Estados Unidos atuaram em defesa dos interesses etíopes e contribuíram para que a região do Ogaden fosse reintegrada ao Império Etíope, em 1948. Essa manobra norte-americana mostra um estreitamento dos laços etíopes com os EUA e destaca a política externa etíope como cada vez mais próxima de seu novo aliado americano para temáticas no que tange ao Chifre da África.

O destino de outros territórios também foi decidido no contexto da metade final da década de 1940, que até então se organizavam como a figura 3 abaixo demonstra. Embora a Etiópia de Hailé Selassie I tentasse buscar o apoio dos EUA para a anexação também da Eritreia ao Império Etíope, a superpotência norte americana recebe a ideia com cautela e atua em defesa da criação de uma federação Etiópia e Eritreia com apoio da ONU (CASSEL, 2019) em 1950, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Quanto ao território da Somalilândia Italiana, também foi decidido que este passaria de volta às mãos dos italianos, que seriam responsáveis por preparar a região para a independência em um período de 10 anos. Quanto à Somalilândia Britânica e a Somalilândia Francesa, essas conseguem suas independências até o fim da década de 1970, que culminou na unificação dentro da República Somali.

Figura 3 – Mapa do Chifre da África (1930)



Fonte: WikiWand (2019)

Como ressalta Cassel (2019, p. 34), o período entre o encerramento da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria fica muito marcado pela proeminência do poderio etíope na região, fazendo com que o governo de Selassie I se encontrasse em um patamar de expansão política a nível internacional

No contexto das independências africanas, era inegável a proeminência político-diplomática da Etiópia e de Haile Selassie I: o simbolismo em torno de ambos, relacionado ao fardo de única elite nacional a resistir ao imperialismo europeu, fazia com que demais líderes africanos admirassem o Império, ou ao menos que o respeitassem.

Muito apoiado pelo prestígio que conquistara após o fim da Segunda Guerra, Selassie I consegue com êxito inaugurar na capital Addis Abeba a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) e a Sede da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1958 e 1963, respectivamente. Sendo essas organizações de caráter continental e não apenas regional, o estabelecimento dessas em território etíope prova a crescente influência deste em âmbito internacional.

4.2 POLÍTICA EXTERNA VOLTADA PARA AS GRANDES POTÊNCIAS DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA (1947-1991)

O início da Guerra Fria, em 1947, foi marcado pelo início de uma declarada bipolaridade mundial, estando os Estados Unidos de um lado e a URSS de outro. Durante o conflito mundial, houveram fortes alterações no contexto do Chifre da África. Entre essas alterações está a anexação oficial da Eritreia pelo Império Etíope, que paulatinamente minou a federação eritreia-etíope e acabou por anexar a região, em 1962. O comportamento do Imperador Selassie I continua muito guiado pelos princípios de crescente dominação regional e influência continental/internacional.

Esse comportamento etíope gerou fortes insatisfações internas, que culminaram na criação de frentes/grupos de resistência desde o início da década de 1950. Dentre esses grupos destaca-se o Movimento de Libertação da Eritreia (MLE), que foi substituído em 1960 pela Frente de Libertação da Eritreia (FLE) e por fim englobado no que seria chamado de Frente Popular para a Libertação da Eritreia (FPLE). Com o aumento das tensões da Guerra Fria, o conflito entre as forças de Selassie I e os movimentos de resistência passam a chamar atenção internacional e o Chifre da África passa a receber auxílio econômico e militar.

Quanto aos Estados Unidos, esse acaba por tomar o lado da Etiópia também nesta questão, visto que os estadunidenses utilizavam com frequência portos e entrepostos localizados em território eritreu e não viam com bons olhos o crescimento do descontentamento civil da única porção do Império Etíope a ter fronteiras com o mar. A Etiópia, cristã, recebia recursos e auxílio também de Israel, receoso de que a Eritreia, de maioria islâmica, pudesse se aproximar do mundo árabe e tentasse criar algum tipo de bloqueio a Israel no Mar Vermelho (VISENTINI, 2012).

Em contrapartida, a Eritreia contava com o auxílio de Estados envolvidos na expansão do pan-arabismo⁵⁷, tais como a Líbia e o Iraque, e também de históricos oponentes regionais da Etiópia, como o Egito. De modo não tão latente, havia também o apoio por parte da República Popular da China (RPC) e da URSS, com intermédio da Síria. Internamente, o governo de Haile Selassie se mostra insustentável e carente de modernização, mantendo uma população cada vez mais insatisfeita e consciente de sua situação.

⁵⁷ Movimento político que busca a união dos povos do mundo árabe em uma só nação, baseado no compartilhamento do patrimônio linguístico, religioso, histórico e também cultural. É também um movimento que busca a união entre as nações árabes do Oriente Médio, possui raízes no nacionalismo árabe.

Ainda em 1960 houve uma tentativa de golpe partindo da Guarda Imperial para a deposição de Selassie, que fracassou (VISENTINI, 2012). Apesar de falha, a tentativa faz com que o Imperador passe a tentar remediar o cenário. Medidas essas que não só se mostram impotentes como chegam a ser negativas

Dessa forma, a partir de 1961, o imperador passou a conceder aumentos de salário e outros benefícios às Forças Armadas, com o objetivo de mantê-las leais ao governo. Essas medidas, contudo, tiveram o efeito inverso, aumentando ainda mais a politização dos militares e suas pressões sobre o governo, no sentido de introduzir reformas políticas e econômicas no país. (VISENTINI, 2012, p.128).

Para além dos militares, a classe estudantil também passa a se levantar contra o Império, tendo participação ativa no período que viria a anteceder uma nova tentativa de golpe contra Selassie. Para Visentini (2012), três fatores em especial foram os que mais contribuíram para a nova investida contra o Imperador, sendo o primeiro deles a crise mundial do petróleo, de 1973. Com a crise atingindo todo o globo, as consequências reverberaram na Etiópia e trazem altas taxas de inflação que aumentam as pressões econômicas para com a população, que precisa lutar para manter o Império vivo.

Tal situação alerta a população em geral, e faz com que algumas parcelas dessa passem a se juntar a insatisfação da classe militar e estudantil e uma greve geral é vista no Império. Outro fator seria a derrota da Etiópia na ofensiva contra os reformistas eritreus no fim de 1973 e início de 1974, que trouxe à tona a revolta da classe militar contra as péssimas condições em que as tropas envolvidas no conflito precisavam atuar. Por fim, outro fator destacado por Visentini (2012) seria os impactos da forte seca que se viu sobre o território etiope, em 1973. Acompanhado da seca, se seguiu um período de escassez e muita fome no país, que culminou na morte de mais de 200 mil pessoas (VISENTINI, 2012). O autor destaca ainda que Selassie negou e até mesmo bloqueou a entrada de auxílio internacional durante o período, temeroso de que a reputação etiope no sistema internacional fosse afetada

Temendo que a imagem do país fosse manchada se a publicidade internacional fosse dirigida para a incapacidade [interna em] alimentar a população atingida, Hailé Selassié recusou-se a permitir a vinda de organizações de ajuda internacionais para socorrer a Etiópia. (VISENTINI, 2012, p. 129 apud SCHWAB, 1985, p. 14).

É nesse cenário, em que Selassie I fragilizado internacionalmente e pressionado no cenário doméstico, sofre o golpe militar por parte do Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial (DERG, na Etiópia), que é deposto do cargo e preso pelas forças agora no poder. O golpe aconteceu em 12 de setembro de 1974 e derrubou além

do imperador Haile Selassie I, também a monarquia no país, pondo fim ao Império Etíope vigente desde o século XIII.

Ainda nos primeiros meses do governo DERG, sob o governo de Mengistu Haile Mariam, houve descontentamentos internos quanto ao rumo que o país iria seguir, o que culminou com a publicação das Diretrizes Políticas sobre o Socialismo Etíope (em inglês, *Ethiopia Tikdem*), ainda no fim de 1974. A publicação das diretrizes marca uma forte alteração nos rumos da política etíope, que agora ruma junto a lemas e políticas de cunho socialista. E de fato tais mudanças não ficaram apenas no papel, visto que o DERG de fato realiza, em 1975, um forte programa de reforma agrária e nacionaliza grandes bancos e empresas selecionadas, medidas que estão propostas nas Diretrizes.

Sob o governo de Gerald Ford, os Estados Unidos, nesse primeiro momento não rompem laços com a Etiópia, mesmo após a adoção do Estado a práticas e princípios de cunho socialista. O distanciamento entre os Estados parte da própria Etiópia, que, percebendo a possível vitória de Jimmy Carter a presidência dos EUA, busca estreitar laços com a URSS ao assinar um acordo secreto de transferência de armamentos, em 1976 (VISENTINI, 2012). Já no ano seguinte, em 1977, se concretiza a vitória de Carter na corrida eleitoral norte-americana, e com isso se tem o corte total de auxílio advindo da superpotência americana em direção à administração DERG. Entre esses auxílios estavam, por exemplo, armamentos bélicos e a ajuda financeira no campo militar. Além disso, os EUA passam a comercializar artigos bélicos com a Somália, rival histórica da Etiópia no Chifre da África. Dessa forma, a dinâmica da Guerra Fria dentro do Chifre traz uma Etiópia cada vez mais próxima da União Soviética, enquanto Estados como a Somália, que historicamente possuíam maior envolvimento com a URSS, agora contam com o apoio dos Estados Unidos.

Com essas novas tensões e alinhamentos, estoura em 1977 a Guerra de Ogaden, em uma tentativa somali de tomar o território de Ogaden (figura 4), que se localiza na porção leste do território e estava sob domínio etíope.

Figura 4 – Mapa de Ogaden



Fonte: Al Jazeera (2012)⁵⁸

Apesar de inicialmente satisfatória, a investida somali sofre um forte revés após um intenso apoio não somente da URSS, mas também de seus aliados Cuba, Coreia do Norte e Iêmen a defensiva etiope, culminando com a derrota da Somália e a configuração de uma vitória socialista contra um ataque apoiado pelos Estados Unidos. Ainda nas dinâmicas do Chifre da África, tem-se em 1977 a independência da Somalilândia Francesa, que agora passa a se chamar Djibouti. O apoio soviético à Etiópia também garantiu a retomada por parte dos etíopes, em meados de 1978, das principais cidades que estavam sob domínio dos reformistas eritreus, ao norte.

A década de 1980 é marcada por intensas transformações tanto no cenário regional como em âmbito internacional. Com o passar da década, nota-se a decadência da União Soviética, o que acarreta em uma significativa diminuição do apoio soviético aos interesses e projetos de Adis Abeba (CASSEL, 2019). Em âmbito regional, conforme a URSS deixa de exercer grande influência no Chifre da África, os Estados Unidos também passam a atenuar o apoio à Somália, até que em 1988, sob o comando de George H. W. Bush, rompem totalmente o auxílio norte americano ao Estado (CASSEL, 2019). Rodrigo Cassel destaca ainda que a dinâmica com a Eritreia também sofre um revés, ao passo que o apoio militar soviético sob o

⁵⁸ ADOW, Mohammed. *Changing fortunes in Ethiopia's Ogaden*. Al Jazeera, Catar. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2012/9/17/changing-fortunes-in-ethiopias-ogaden>>. Acesso em: 28 abr 2022.

comando de Mikhail Gorbachov se esvai e grupos reformistas passam a tomar territórios novamente.

Assim como grupos reformistas agiam na região da Eritreia, insatisfações populares para com o governo DERG de Mengistu Haile fomentam a criação e fortalecimento de outros grupos por toda a Etiópia

[...] em 1984, um período de fome vitimou cerca de um milhão de etíopes, exacerbando a insatisfação popular contra o DERG, que desempenhava uma política econômica decepcionante, haja vista o já cambaleante apoio da União Soviética em crise. Com isso, a oposição às autoridades estatais passou a realizar operações de guerrilha; quatro dos principais grupos – Organização Democrática dos Povos de Oromo (ODPO), o Movimento Nacional Democrático Amhara (MNDA), a Frente Democrática dos Povos do Sul da Etiópia (FDPSE) e a Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT) – formaram uma aliança que culminou com a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), que visava à deposição do DERG. (CASSEL, 2019, p. 41).

Com as crescentes tensões, tem-se consecutivas vitórias da Frente Popular de Libertação da Eritreia (FLPE) sobre as forças de Mengistu, até que por fim, a Frente conquista Asmara, principal cidade no território. Com o poder prático sob a maioria das cidades, a FLPE toma o controle da Eritreia, que viria a ter, em 1993, sua independência reconhecida pela ONU por meio de um referendo⁵⁹, iniciativa apoiada pelos Estados Unidos. Ainda em 1991, perdendo o controle da Eritreia, o DERG sofre por fim sua última perda, ao passo que perde o controle da capital Adis Abeba para a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), o que leva Mengistu a fugir da cidade.

Com o fim do período DERG, em 1991, é estabelecido o Governo de Transição da Etiópia pelas forças do FDRPE, que levam o presidente Meles Zenawi e o primeiro-ministro Tamrat Layne ao poder. Durante os quatro anos em que se manteve de pé, o Governo de Transição do FDRPE contou com a influência indireta de interesses norte-americanos, que de fato auxiliaram a Frente Democrática a chegar ao poder e dar fim a junta militar com forte apelo e carga histórica socialista (ADEM, 2012). Perdurando até 1995, o Governo marca o fim das tradições de cunho marxista-lenista na Etiópia e prepara a chegada de Meles Zenawi ao cargo de primeiro-ministro da Etiópia, na metade da década de 90.

Além de explicitar o envolvimento das superpotências rivais dentro da dinâmica do Chifre, tais eventos destacam também a política externa etíope em ação. Mais uma vez buscando estudar o cenário internacional e encontrar aliados que favoreçam sua situação, a Etiópia negocia entre suportências e considera alterar seus rumos de política externa com base

⁵⁹ A independência da Eritreia foi reconhecida pela ONU após as consequências da Missão de Observação das Nações Unidas para a Verificação do Referendo na Eritreia (UNOVER).

nos cenários e dinâmicas vistas no período. Acerca desse cenário, Visentini (2012, p. 168) afirma

A escolha do marxismo-leninismo na Etiópia, bem como seu subsequente abandono, foi muito mais resultado de fatores internos do que de elementos externos. Tratava-se de uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes problemas que a Etiópia enfrentava no início dos anos 1970.

Dessa forma, o autor defende que a aproximação etíope da superpotência socialista era resultado de um cálculo de interesses, onde o governo de Mengistu via com bons olhos fatores que a URSS poderia trazer para o DERG. Entre esses estaria a manutenção de um forte aliado internacional e a adesão a uma parceria de desenvolvimento, que destacaria a Etiópia dentro das dinâmicas regionais, afirmando que “graças à ajuda soviética, a Etiópia conseguiu vencer a Somália e reconquistar o território; todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência para a Etiópia, ficou restrita ao campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro.” (VISENTINI, 2012, p. 170).

4.3 MELES ZENAWI (1995-2012) E HAILEMARIAM DESALEGN (2012-2018)

Tratando sobre os governos dos ex-primeiros-ministros Meles Zenawi (1995-2012) e Hailemariam Desalegn (2012-2018), esta seção busca trazer um panorama geral de como se sucederam os eventos dos governos. Ainda que trazendo alguns aspectos da dinâmica interna etíope, a seção foca na política externa e na aproximação com a China, mais especificamente.

Assumindo a presidência interina da Etiópia em 1991 com o Governo de Transição, Meles Zenawi tornou-se primeiro-ministro do Estado em 1995, com a proclamação da República Democrática Federal da Etiópia, que se mantém até os dias atuais. Governando junto ao presidente Negasso Gidada - no cargo entre 1995 e 2001 -, Zenawi e Gidada foram responsáveis por fortes mudanças em diversos aspectos na Etiópia. O início do governo de Zenawi, na primeira década de 1990, foi marcado por um baixo crescimento econômico, muito influenciado pelo fim das dinâmicas da Guerra Fria, que acabou colocando tanto o Chifre da África como o continente como um todo bastante a par da centralidade da política internacional no momento (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021).

Percebendo o distanciamento da Etiópia das discussões internacionais, Meles Zenawi e as elites do EPRDF iniciam um processo de busca por fortalecimento interno, temendo o “esfacelamento da pátria, como parecia, à época, que todo o chifre africano estava fadado.”

(CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021). Entre essas medidas estavam o fortalecimento dos campos econômico, securitário, social e também político - tanto doméstico como internacional -.

Referente ao âmbito securitário, Zenawi buscou a solidificação do governo frente às inseguranças do Chifre e da África, buscando garantir que o Estado não fosse tão afetado pelas instabilidades continentais do período. Regionalmente, as mudanças internas da Etiópia provocam reações em todo o Chifre, que, segundo Cardoso, Da Conceição e Sardo (2021, p. 136) “provando, novamente, de que a Etiópia é o pilar de toda a região.”. Entre essas reações estão a queda de regime na Somália, como evidenciam os autores

Logo em janeiro de 1991, o regime de Siad Barré na Somália, desassistido de qualquer auxílio externo, não aguentou a pressão das disputas internas e colapsou, fragmentando-se em lutas entre senhores da guerra (*warlords*). Toda a parte meridional da Somália – antiga administração italiana – foi tomada por uma convulsão social, enquanto que a parte setentrional – antigo protetorado britânico (Somalilândia) se autoproclamou independente e manteve relativa estabilidade política, porém com pouco reconhecimento internacional (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021, p. 136-137 apud VISENTINI, 2012).

No campo econômico, Zenawi iniciou uma ativa busca por acordos e investimentos comerciais que favorecessem a Etiópia, abandonando a economia planejada e tomando o rumo da liberalização econômica. Esse processo de abertura econômica contou com a aproximação etíope de organizações financeiras internacionais conhecidamente sob o domínio da influência norte-americana, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e também o Banco Mundial (BM)

Em 1994, a EPRDF anunciou um Programa de Desenvolvimento Quinquenal com o objetivo de melhorar a infraestrutura e as condições para a realização de investimentos e que contava com a assistência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O programa se concentrou especificamente em projetos de saúde, educação, agricultura, construção de rodovias e mineração (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021, p. 136-137 apud CLAPHAM, 2006; VESTAL, 1999).

Tal mobilização etíope e reaproximação gradual às instituições ocidentais e indiretamente aos Estados Unidos em si, revelam mais uma vez a facilidade e o histórico do Estado em buscar e resgatar aliados internacionais conforme o cenário político internacional se apresenta no período. Esse comportamento revela, mais uma vez, uma Etiópia com princípios norteadores claros - mantendo o desenvolvimento e segurança nacional e a

promoção etiope frente ao contexto regional - ao passo que molda sua política internacional conforme lhe convenha.

Entendendo que o desenvolvimento regional também lhe favorece, Zenawi busca resgatar a iniciativa Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (*Intergovernmental Authority on Development*, IGAD, da sigla em inglês). Fundada no período DERG para fins de resolução das consequências das estiagens vistas no período, Zenawi lidera, a partir de 1994, uma iniciativa de reformulação da iniciativa a fim de abranger temas para além da economia primária, buscando abordar também temas securitários, de economia industrial, de comunicação e também de transportes. Desse modo, desenha-se um projeto de integração regional com os países do Chifre - Eritreia, Djibuti, Somália e Etiópia –, além de incluir Estados como o Quênia e o Sudão. Apesar do seu caráter político, a IGAD tem, de fato, raízes também econômicas e de integração e escoamentos nacionais da região para o cenário internacional.

Uma análise eclética possibilita verificar que tal integração securitária tem vistas, de fato, à união de mercados nacionais, haja vista que os pólos econômicos da região, além de contar com ajudas externas chinesa e estadunidense, necessitam escoar a produção para os Estados vizinhos. A estabilização é o meio lógico para atingir o fim econômico prático. (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021).

Entre os esforços da Iniciativa estão as tentativas de estabilização de um governo nacional da Somália, que fracassam consecutivamente (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021). Os autores destacam ainda que Zenawi buscou utilizar do aparato da IGAD para também tentar fortalecer sua influência dentro do Djibouti com o apoio econômico e político dos Estados Unidos - que via no Djibouti uma importante conexão internacional para a Etiópia, visto sua saída para o mar -, mas acaba também não obtendo grandes resultados favoráveis, uma vez que a IGAD como um todo não obtém margem de manobra. Para o governo etiope, o não avanço das iniciativas regionais ainda que apoiadas pela superpotência norte-americana simboliza o início da ponderação de Zenawi acerca da lucratividade da aproximação com os Estados Unidos. Relação essa que passaria a ser gradativamente minada e passo a passo substituída por uma aproximação com as potências orientais.

As dinâmicas com a Eritreia também apresentam alguns reveses ao passo que a Eritreia realiza, em 1993, um referendo popular que tem como resultado a escolha da sociedade pela emancipação política da Etiópia. Apesar de manterem relações cordiais após o resultado do referendo, os países entram em conflito em 1998, que permanece em disputas até 2018, como ilustram Cardoso, Da Conceição e Sardo (2021, p. 138-139)

Da independência até 1998, Zenawi e Afewerki mantiveram relações amistosas, até que impasses políticos acerca de disputas fronteiriças e o uso compartilhado, entre os dois países, dos portos de Massawa e Assab levaram as nações ao conflito armado, em 1998. Ambos desgastados pelo conflito negociaram a paz em 2000 e submeteram a disputa fronteiriça à arbitragem da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em 2002, a Comissão de Fronteiras da Etiópia e da Eritreia deu caso favorável à Eritreia e determinou que a ocupação etíope da cidade de Badme era ilegal. Meles Zenawi não acatou a decisão da CIJ, e ambos os Estados permaneceram sem um tratado de paz formal, até 2018.

Apesar de não acolher a decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ), sendo a CIJ um dos principais órgãos jurídicos dentro da ONU, o governo de Meles Zenawi mostra, mais uma vez, a então inclinação à adoção e uso das instituições internacionais consideradas de maior influência ocidental.

É a partir de 1995 que a relação da sino-etíope passa a mostrar indicadores de que está se aprofundando. Percebendo uma política externa pouco plural no sentido de que a Etiópia estava se apoiando apenas em um grupo internacional - nesse caso o eixo ocidental - líderes etíopes passam a buscar uma maior variedade em seus aliados (CABESTAN, 2012). Seifudem Adem (2012) defende que pode-se definir que a fundação para as novas relações sino-etíopes se incrementam e são consolidadas nesse período, trazendo ainda que

As relações entre China e Etiópia adquirem um novo e maior significado após a visita do presidente chinês Jiang Zemin à Etiópia, em maio de 1996. [...] Em 1998 os dois países formaram a Comissão Adjunta China-Etiópia, na qual a maior tarefa era a de revisar e avaliar as relações bilaterais a cada dois anos e recomendar medidas que poderiam contribuir para a sua futura consolidação. Conforme os anos passam a relação bilateral continua a se desenvolver. O primeiro-ministro Wen Jiabao foi a Etiópia em dezembro de 2003 e concluiu acordos em diversas áreas junto ao primeiro-ministro etíope da época. (ADEM, 2012, p. 145, tradução nossa⁶⁰).

Acontecendo pela primeira vez em 2000, uma segunda reunião do FOCAC aconteceu em 2003, agora em Adis Abeba, capital etíope. A escolha da Etiópia como sede do segundo encontro aconteceu durante o encontro inaugural do Fórum, na China. Desde então, o primeiro-ministro Meles Zenawi passa, cada vez mais, a acenar positivamente à China e também a promover internacionalmente a conquista etíope de se aliar com a superpotência (CABESTAN, 2012). Ainda em 2002, o governo etíope lança um Livro Branco denominado

⁶⁰ No original, “*Ethio-Chinese relations acquired new and greater significance after Chinese President Jiang Zemin visited Ethiopia in May 1996. [...] In 1998 the two countries formed the China-Ethiopia Joint Commission, whose major task was to review and assess the bilateral relations every two years and recommend measures that would contribute to their further consolidation. As years passed the bilateral relationship continued to gain momentum. Chinese Prime Minister Wen Jiabao came to Ethiopia in December 2003 and concluded agreements in various areas with his Ethiopian counterpart.*” (ADEM, 2012, p. 145)

Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy of Ethiopia (FANSPS, da sigla em inglês), reestruturando a abordagem da política externa vista na constituição etiope e destacando ainda mais os princípios da política etiope. Ressaltando cada vez mais a intenção de projeção regional e a busca por um alinhamento internacional que não ultrapassasse as barreiras domésticas (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021).

Essa aproximação tem um forte catalisador após as eleições internas da Etiópia, em 2005. As eleições tiveram resultados surpreendentes no que diz respeito a porção de votos da oposição, ainda que não tenham se tornado majoritários, o que acarreta na reeleição de Meles Zenawi ao cargo de primeiro-ministro. O problema, como destaca Adem (2012, p. 146, tradução nossa⁶¹), foi a forte repressão do governo a grupos de oposição

Em maio de 2005 a Etiópia teve uma relativamente aberta, livre e justa eleição. Para a surpresa e desânimo no partido no poder, grupos de oposição se saíram extremamente bem, ganhando um terço dos assentos da Câmara dos Representantes da Etiópia. Uma repressão governamental então seguiu. Alguns grupos de oposição boicotaram o governo, outros fugiram do país e alguns acabaram até presos.

A forte opressão política da oposição trouxe respostas por parte dos aliados ocidentais, como defende Adem (2012, p. 146, tradução nossa⁶²) “a repressão sobre a oposição gerou também um considerável grau de criticismo e repúdio, particularmente pelo Ocidente, que respondeu com medidas que incluíam a suspensão de novos programas de empréstimos do Banco Mundial à Etiópia.” Acerca dos resultados da opressão etiope a oposição, Cabestan (2012, p. 54, tradução nossa⁶³), destaca ainda

A eleição foi manchada com numerosas irregularidades e foi acompanhada por muita violência (pelo menos 200 mortos), e levou a uma rápida deterioração das relações entre Etiópia e seus tradicionais doadores (os Estados Unidos e a União Europeia), que começaram a aplicar condições ou até suspender a assistência a Etiópia.

Adem (2012) defende que a Etiópia percebeu essa reação ocidental como uma

⁶¹ No original, “*In May 2005 Ethiopia held a relatively open, free, and fair general election. To the surprise and dismay of the ruling party, opposition groups did extremely well, winning one-third of the seats in the Ethiopian House of Representatives. A government crackdown on the opposition soon followed. Some opposition groups subsequently boycotted the government, others fled the country, and still others ended up in jail.*” (ADEM, 2012, p. 146).

⁶² No original, “*the crackdown on the opposition also generated considerable criticism and disavowal, particularly from the West, including the suspension of new lending programs of the World Bank for Ethiopia.*” (ADEM, 2012, p. 146).

⁶³ No original, “*The election was tainted with numerous irregularities and was accompanied by much violence (at least 200 dead), and led to a rapid deterioration in relations between Ethiopia and its traditional donors (the United States and European Union), which began to attach conditions to, if not suspend, their assistance.*” (CABESTAN, 2012, p. 54).

tentativa de interferência exterior em assuntos domésticos do Estado, prática condenável pelos líderes etíopes desde o tempo do Império Etíope. A percepção etíope é a de que os aliados ocidentais - e principalmente os Estados Unidos - estariam ferindo um dos princípios base da política externa da Etiópia quanto ao alinhamento internacional. Esse princípio seria o de que aliados internacionais não interferissem no cenário doméstico etíope. Acerca desse cenário, o autor defende que

[...] Um longo debate quanto às direções da política externa tomou corpo dentro das lideranças etíopes, motivado pelas pressões ocidentais, vistas como insustentáveis. Um consenso definiu que havia a necessidade de contrabalançar essas pressões por meio da aproximação a países em que a retórica e as políticas não estivessem sincronizadas aos desejos das potências ocidentais. (ADEM, 2012, p. 145, tradução nossa⁶⁴).

A partir disso, existe a investida etíope para a maior aproximação com as potências asiáticas, a fim de contrabalancear o peso da então atual aproximação com o ocidente. Tendo na mesa as opções de aproximação da Rússia ou então da China, fatores como a já iniciada aproximação recente à superpotência chinesa levam os líderes etíopes a optar pela iniciativa de buscar o aprofundamento das relações com a China, também por conta da sua forte posição anti-ocidental. A Etiópia passa a enviar oficiais para a China para buscar “aprender com a China sobre a prática de manter um mercado guiado pelo socialismo e também acerca do desenvolvimento por meio da agricultura” (CABESTAN, 2012, p. 54, tradução nossa⁶⁵). Destaca-se ainda que a aproximação com a China tem também um viés histórico e comportamental, visto que ambos os Estados constituíam grandes impérios no passado e possuem um histórico de autoritarismo em seus governos.

Durante a primeira década dos anos 2000 o número de visitas oficiais de representantes etíopes a China e vice-versa teve um aumento expressivo e “não se limitavam às visitas dos grandes líderes mas também incluíam delegações de todos os tipos - comerciais, culturais, médicas, militares, e também abarcavam crescentes visitas de províncias, o que evidencia a diversidade e pluralidade da cooperação” (CABESTAN, 2012, p. 54, tradução

⁶⁴ No original, “*In 1995 a lengthy debate took place within the Ethiopian leadership regarding the foreign policy direction of the nation in the context of what was seen as unbearable pressure coming from the West. A consensus emerged that there was a need to counterbalance this pressure by approaching countries whose rhetoric and policies were not always in lock-step with the preferences of leading Western powers.*” (ADEM, 2012, p. 145).

⁶⁵ No original, “*learn about “socialist market economy and agricultural development.*” (CABESTAN, 2012, p. 54).

nossa⁶⁶). Com essas visitas, a parceria chinesa junto à Etiópia passa a trazer frutos nos mais diversos campos, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou ainda militares. O crescimento do comércio, por exemplo, é um desses indicadores. Adem (2012) traz que apenas entre 2002 e 2006, o comércio internacional entre China e Etiópia cresceu mais de 460 milhões de dólares. Acerca da pluralidade de projetos, o autor traz que

Em novembro de 2006 Zenawi visitou novamente a China e sua visita foi seguida por uma agitação nas atividades, incluindo um acordo para estabelecer um centro de treinamento da linguagem chinesa na Etiópia. Um acordo mais significativo foi celebrado entre China e Etiópia em 2008 a fim de criar uma zona industrial, ou uma “zona econômica especial” (Special Economic Zone, SEZ) na periferia de Adis Abeba. [...] o projeto visava incluir a construção de vinte fábricas especializadas na produção de uma variedade de produtos como têxteis, sapatos e equipamentos elétricos, gerando mais de 20 mil novos empregos. Um tratado também foi fechado entre o Ministério de Minas e Energia da Etiópia e a empresa China Geo-Engineering Corporation (CGC) para a mineração de sílica nos arredores de Lemi, em um terreno de mais de 1 milhão de metros quadrados [...] Bancos chineses também concordaram em providenciar US\$170 milhões de dólares para a construção de condomínios para auxiliar na problemática de moradias nas grandes cidades da Etiópia. (ADEM, 2012, p. 146, tradução nossa⁶⁷).

Apesar de contar com essa forte iniciativa etíope em buscar o aprofundamento das relações, cabe ressaltar como tais decisões foram feitas em um cenário onde a China já havia buscado ampliar sua influência na África, mostrando como as ações chinesas vistas na análise do *economic statecraft* para o continente de fato trouxeram resultados proveitosos para além da economia.

Em meados de 2010 acontecem novas eleições na Etiópia, que dessa vez contam com a vitória esmagadora do EPRDF de Meles Zenawi, que passa a deter mais de 95% das cadeiras do parlamento etíope (545, de um total de 547). Internacionalmente alinhado a novos aliados, dessa vez as eleições não sofrem contestações por parte desses. Tal comportamento chinês de não interferência ao campo doméstico etíope revela a conquista etíope de encontrar um parceiro externo que respeite seus princípios estabelecidos (CABESTAN, 2012).

⁶⁶ No original, “*Exchanges of visits are not limited to the two sides’ top leaders but also include delegations of all kinds – commercial, cultural, medical, military, and increasingly visits from provinces, all of which highlights the diversity of cooperation.*” (CABESTAN, 2012, p. 54).

⁶⁷ No original, “*In November 2006 Zenawi again visited China and his visit was followed by a flurry of activities, including an agreement to establish a Chinese lan-guage training center in Ethiopia. A more significant agreement was concluded between China and Ethiopia in 2008 aimed at creating an industrial zone, or “special economic zone,” in the outskirts of Addis Ababa. [...] the project was expected to include construction of twenty factories specializing in the manufacture of a variety of products such as textiles, shoes, and electric equipment and to create about twenty thousand new jobs. A deal was also struck between Ethiopia’s Ministry of Mines and Energy and China Geo-engineering Corporation (CGC) for silica sand mining production around Lemi locality on 1 million square meters [...]. China’s Export-Import (Exim) Bank also agreed to provide \$170 million for the building of condominiums to address the housing problem in Ethiopia’s major cities.*” (ADEM, 2012, p. 146).

Após a morte de Zenawi, em 2012, sobe ao poder Hailemariam Desalegn, tigrino como Meles Zenawi e então vice-Secretário-Geral do EPDRF. Muito se especulou acerca desse período de transição, visto o intenso governo de Zenawi e as preocupações acerca do quanto seu sucessor seria capaz de suprir as expectativas, como mostra Lovise Aalen

Quando Meles Zenawi, o líder partidário e nacional por 21 anos, morreu em agosto em 2012, muitos observadores enxergavam que a Etiópia iria ser jogada em uma transição incerta e colocada em grande perigo por fortes e destrutivos embates internos e por pressões externas. Conforme os meses se passaram, nenhuma dessas coisas de fato aconteceram. Em vez disso, o mundo testemunhou uma sucessão pacífica e o *status quo* foi calmamente mantido sob o poder do novo primeiro-ministro, Hailemariam Desalegn. (AALEN, 2014, p. 192, tradução nossa⁶⁸).

Desalegn ascende ao cargo de primeiro-ministro com o intuito de seguir os caminhos traçados pelo seu antecessor, ainda que promova algumas reformas institucionais. Acerca disso, Cardoso, Da Conceição e Sardo (2021, p. 140) trazem que “Desalegn fez uma administração que acelerou o ritmo de crescimento econômico do país, aproximação com a China, atração de capital estrangeiro, reaproximação parcial com os vizinhos do chifre africano e ainda uma tímida ofensiva diplomática.”

Mantendo-se no poder de 2012 a 2018, Hailemariam Desalegn mostrou habilidade ao conduzir a política externa etíope. Seguindo os passos da Zenawi, o novo primeiro-ministro buscou fortalecer as relações com a China ao passo que não abandonou as relações diplomáticas com os países ocidentais, mantendo uma postura internacional de conciliação. A crescente relação com a China alcançava novos picos e viu no governo de Desalegn um intenso crescimento no número e volume de projetos e empréstimos chineses destinados à Etiópia. Tendo seu auge em 2013, a Etiópia recebeu apenas neste ano aproximadamente 6 bilhões de dólares em empréstimos da China, sendo 2.9 bilhões fornecidos pelo Estado etíope para projetos de transporte, apenas em 2013, como revelam dados do SAIS-CARI.

No âmbito regional, Desalegn promoveu a adoção de acordos bilaterais com o Djibouti, Somalilândia e também com o Quênia, além de estimular o desenvolvimento da infraestrutura regional por meio do IGAD, com a construção de rodovias, ferrovias e também um oleoduto (CARDOSO; DA CONCEIÇÃO; SARDO, 2021). Entre esses projetos de rodovias está a construção da Via Expressa de Adis Abeba-Adama, projeto financiado por

⁶⁸ No original, “*When Meles Zenawi, the national and ruling party leader for 21 years, died in August 2012, most observers pre-dicted that Ethiopia would be thrown into an uncertain transition and put in great danger by destructive internal power struggles and external pressure. As the months went by, none of these things happened. Instead, the world witnessed a peaceful succession, and a calm status quo has been maintained under the new prime minister, Hailemariam Desalegn.*” (AALEN, 2014, p. 192).

empresas chinesas que liga as cidades de Adis Abeba aos portos do Djibouti, fomentando a cooperação regional e auxiliando no escoamento da produção industrial etiope.

Apesar do sucesso da perseguição dos objetivos de política externa tanto regional como internacionalmente, o fim do governo de Hailemariam Desalegn é marcado pelo crescimento da percepção de necessidade de renovação política vista na sociedade etiope. Tais problemáticas fogem do escopo temporal deste trabalho, que se limita a trazer que Desalegn vem a renunciar ao cargo de primeiro-ministro em fevereiro de 2018, após pressões políticas internas quanto ao EPRDF e administração tigrina no poder desde Meles Zenawi. Como mencionado, assim que a sucessão de Zenawi foi anunciada, houve a preocupação que tais pressões domésticas acabassem minando o governo de Desalegn (AALEN, 2014), fato que foi comprovado após alguns anos de governo.

De modo geral, é possível notar como os governos de Meles Zenawi (1995-2012) e Hailemariam Desalegn (2012-2018) são complementares no sentido que muitas das mudanças propostas por Zenawi são mantidas e perseguidas também pelo seu sucessor. Entre essas alterações estão questões domésticas mas principalmente tópicos relacionados à política externa. Enquanto Zenawi é responsável pelo início do fortalecimento das relações com a China, Desalegn assume a missão de continuar a condução da otimização da parceria sino-etiope. Isso é, ambos os governos explicitam a tradição da política externa etiope no sentido da manutenção de princípios norteadores claros e representam uma continuidade do processo de realinhamentos internacionais propostos por Meles Zenawi.

4.4 ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA E A RELAÇÃO COM O ESTATISMO ECONÔMICO CHINÊS

Entendendo que a política externa etiope tem passado por alterações com o decorrer das últimas décadas, este capítulo busca analisar tais alterações com base no Modelo de Alteração de Política Externa proposto por Hermann (1990) e apresentado no primeiro capítulo. A análise proposta conta com a hipótese de que as ações do estatismo econômico (*economic statecraft*) Chinês teriam influência nas alterações políticas etíopes entre 1995 e 2018, fomentando uma maior aproximação política da Etiópia com a China por meio da aplicação de estratégias econômicas.

A análise será guiada por três momentos, sendo o primeiro deles a apresentação dos quatro agentes primários de mudança trazidos por Charles Hermann e a investigação da presença desses agentes no processo. Em seguida, serão estudadas as sete fases de mudança

de política externa propostas pelo autor, analisando-se de que forma o caso etiope se encaixa nesse esquema. Por fim, será trazida, de fato, a discussão acerca das mudanças de política externa seguindo os graus de mudanças propostos por Hermann (1990) e a possível relação de tais alterações com as práticas do *economic statecraft* chinês frente à Etiópia. Antes de adentrar a análise propriamente dita, será feita uma breve contextualização acerca do cenário etiope durante o início da década de 1990.

Ainda que a análise proposta esteja delimitada temporalmente entre 1995 e 2018, cabe destacar de que modo eventos anteriores ao recorte podem ter influenciado as dinâmicas no período estudado no trabalho. Hermann defende que uma das possíveis raízes para que haja alterações na política externa de um Estado é a existência de choques externos. Denominando estes como um dos agentes primários de mudança (tradução nossa), esses choques seriam grandes eventos de proporções e implicações internacionais. Seguindo as definições do autor, podemos entender a decadência e a consequente dissolução da União Soviética, no final de 1991, como um exemplo de choque externo.

Entre as consequências desse período está a gradativa diminuição do apoio militar e logístico da URSS e seus aliados à Etiópia, o que impulsiona o enfraquecimento da junta militar Derg e contribui para a derrota destes frente às forças rebeldes do EPDRF, que possuíam inclinações a políticas ocidentais, no fim da década de 1980. Este seria um dos exemplos de como os agentes primários de mudança, como os choques externos, funcionam e podem levar a fortes alterações das políticas externas aplicadas.

Além dos choques externos, Hermann (1990) defende também a existência de outros agentes primários de mudança, sendo eles o papel do líder, a burocracia e a reestruturação doméstica. Analisando agora de fato o recorte temporal proposto, de 1995 a 2018, percebe-se que a parceria sino-etiope apresenta, em alguma medida, todos os três outros agentes trazidos por Hermann, apenas não demonstrando a existência de choques externos. Apesar de apresentar todos os agentes em algum nível, destaca-se o papel do líder como o agente que de fato representa maior participação no processo, nesse caso.

Quanto ao papel do líder, nota-se a atuação ativa de Meles Zenawi frente à promoção doméstica e internacional da relação com a China. Hermann apresenta que a liderança como agente requer que o líder aja de forma autoritária frente ao nível doméstico, caso as preferências desse não sejam totalmente acatadas pelos níveis e grupos da sociedade. Tal comportamento pode ser observado nas lideranças de Zenawi e Desalegn ao notar o modo como os líderes se portavam frente a críticas e oposições à iniciativa de aproximação - no caso de Meles Zenawi - e aprofundamento das relações com a China, no caso de Desalegn.

Para além do comportamento autoritário, Meles Zenawi não poupava esforços em promover publicamente seu alinhamento com a superpotência asiática, como mencionado neste trabalho ao trazer trechos de discursos e ações públicas do ex-primeiro-ministro. Os governos de Zenawi e Desalegn apresentam-se como um processo contínuo de alteração dos rumos da política externa etiope vista anteriormente a chegada de Meles Zenawi ao poder, em 1995.

Para Hermann, a manutenção de uma burocracia e um processo de reestruturação doméstica favorável à mudança também são fatores/agentes primários de mudança de política externa. No caso etiope, verifica-se a presença de tais atores, ainda que em menor intensidade que a participação e manutenção de uma liderança forte, como visto acima. A Etiópia passou por um momento de debate e reconsideração interna acerca das alianças internacionais do país, debate esse que foi fomentado pela percepção de líderes e elites acerca das, assim entendidas como, tentativas de intervenção ocidental acerca de temas da política doméstica etiope. Tais intervenções estariam ferindo um dos grandes princípios da Etiópia frente a política internacional, o de não intervenção externa em assuntos internos. Esse cenário sinaliza a presença tanto da burocracia condescendente e da vontade de reestruturação doméstica, que, nesse caso, se conversam e buscam a renovação política do Estado junto à liderança forte de Meles Zenawi. É nesse cenário de busca por renovação que ocorre a gradual e crescente aproximação com a China, que, como será abordado a seguir, já vinha fomentando práticas de *economic statecraft* na África desde meados da década de 1950.

Além dos agentes primários de mudança, Hermann traz ainda as fases que um processo de mudança de política externa passa, em geral, para alcançar novas políticas. Dividido em sete fases não necessariamente cronologicamente consecutivas e podendo ser repetidas dependendo do processo seguido caso a caso, as fases de mudança de política externa segundo Hermann são, como desenhadas no primeiro capítulo: (01) Expectativas iniciais das políticas; (02) Estímulo externo (ator/cenário); (03) Reconhecimento de informações discrepantes; (04) Postulação de uma conexão entre política e problema; (05) Desenvolvimento de alternativas; (06) Construção de um consenso autoritário para a nova opção; e (07) Implementação de novas políticas.

Quanto à primeira fase, a de expectativas iniciais das políticas, aplica-se a relação inicial da Etiópia após a aproximação com os Estados Unidos e as instituições internacionais liberais e conhecidamente de influência ocidental nos anos de 1990, após a decadência da União Soviética. Entre essas expectativas estava a percepção etiope de que a inserção em um cenário internacional plural poderia trazer ao Estado um maior reconhecimento internacional da posição etiope de liderança regional e até mesmo continental, muito apoiado na gradual e

ascendente participação da Etiópia em fóruns e debates dentro do âmbito das instituições internacionais, como a ONU.

A segunda e terceira fase, segundo Hermann (1990), são respectivamente: estímulos externos e reconhecimento de informações discrepantes. Para o autor, essas fases por vezes trabalham como processo e consequência no sentido que a observação do cenário externo pode vir a fazer com que lideranças notem cenários que sinalizem a existência de pontos de atenção ou até inconsistências nas políticas aplicadas. No caso da Etiópia, tal processo de observação externa se dá ao passo que, a partir do início da primeira década dos anos 2000, lideranças etíopes passam a perceber as pressões ocidentais quanto a dinâmicas internas da Etiópia como tentativas de intervenção externa em assuntos domésticos. Tal percepção revela uma quebra de expectativa da parte etíope para com as políticas até então imaginadas como de cunho não intervencionista, ao passo que as respostas ocidentais passam a se visualizar até mesmo por meio de sanções e suspensões internacionais. Como exemplo, cabe citar a mencionada suspensão de cessão de empréstimos, por parte do Banco Mundial, à Etiópia após as eleições internas de 2005, que trouxeram resultados polêmicos.

Hermann (1990) traz que a quarta fase seria a de postulação de uma conexão entre política e problema, que é seguida pelo desenvolvimento de alternativas, defendida como quinta fase. No caso etíope, a conexão entre a política atual e o problema se caracteriza na percepção dos líderes africanos em perceber que o sistema internacional, e especificamente o eixo ocidental, não toleraria atitudes autoritárias do Estado etíope sem emitir reações de repúdio a tais práticas. Isso se torna um problema ao passo que a política etíope conta com a presença de lideranças de cunho autoritário desde o antigo Império Etíope (1270-1974), e as mantém até os dias atuais. Entendendo que o cenário visto na primeira década dos anos 2000 apresenta de fato um impedimento ao aprofundamento da relação com os países do eixo ocidental e principalmente com os Estados Unidos, lideranças etíopes concluem que, de fato, existe a necessidade de trabalhar com outras possibilidades.

Como abordado, Charles Hermann apresenta que as fases não necessariamente seguem uma ordem cronológica inflexível, mas sim podem ser percebidas de diferentes modos a depender dos cenários analisados. Esse é o caso do cenário observado na Etiópia, visto que a fase de desenvolvimento de alternativas já se encontra em curso antes mesmo da real percepção etíope de que as políticas então vigentes estariam esgotando seu potencial de desenvolvimento. Familiarizada com a necessidade de busca por um balanceamento internacional, a política externa etíope tem a tradição de buscar a diversificação política com diferentes eixos internacionais, evitando se encontrar “amarrada” a vontade de aliados

externos. Essa prática é observada no Estado desde, por exemplo, o período colonial, onde a Etiópia buscava a barganha entre as potências europeias como meio de obter os melhores resultados possíveis.

No contexto dos anos 2000 o cenário repete tal tradição, visto que a aproximação etíope com a China antecede o período de instabilidade política etíope com os parceiros ocidentais, datando no decorrer da década de 1990. Mantendo relações cada vez mais próximas desde o início da década, já em 1995 o então primeiro-ministro Meles Zenawi visita a China e divulga pela Ásia a sua admiração pessoal ao modelo de crescimento agrícola e desenvolvimento chinês em geral, que conta, entre outros aspectos, com elementos de autoritarismo e intervenção estatal, que são convergentes aos princípios etíopes. Como mencionado no capítulo anterior, o decorrer da década de 2000 conta com o crescente e rápido desenvolvimento das relações sino-etíopes, que contam com importantes visitas oficiais entre os países, que celebram diversos tratados de cooperação econômica, social e política. Como mencionado, a promoção do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é uma das práticas que alavanca a relação entre os Estados. O fato da primeira reunião do FOCAC fora da China ter sido sediada em Adis Abeba, capital da Etiópia, representa o interesse mútuo entre os Estados de fortalecer as relações vistas até então.

Ainda que as lideranças etíopes de fato tenham buscado a fortificação das relações com a China no período, é importante ressaltar o quanto a superpotência também teve iniciativa no processo. Como apresentado no trabalho, após desentendimentos com as potências ocidentais a Etiópia passa a buscar a diversificação política ao buscar aliados no eixo oriental, tendo a Rússia e a China como principais opções. Ao optar pela fortificação das relações com a China, a decisão do ex-primeiro-ministro etíope Meles Zenawi revela o sucesso das práticas do estatismo econômico chinês no continente.

Envolvendo principalmente a promoção do comércio e a não interferência política, o Estado chinês consegue com êxito criar terreno, ainda no final do século XX, para as futuras relações com a Etiópia. Em suma, defende-se aqui que, apesar do forte e constante apoio de Meles Zenawi, o crescimento da cooperação sino-etíope é também um resultado direto da autopromoção chinesa no continente por meio do *economic statecraft*, que conseguiu com sucesso manter, em geral, uma imagem positiva frente aos líderes africanos. Assim, gerando campo para o desenvolvimento das relações da China para com todo o continente, não limitando-se apenas à Etiópia. As últimas fases seriam as de construção de um consenso autoritário para a nova opção e a implementação de novas políticas, respectivamente. Assim como visto nas fases anteriores, o caso etíope conta com o desenvolvimento e implementação

de novas políticas antes mesmo de essas serem de fato completamente aprovadas internamente. Isso é, a atuação incisiva e até mesmo autoritária de Meles Zenawi e o aceno político positivo do ex-primeiro-ministro a China fomenta a evolução do processo e busca a aprovação e construção do consenso durante o relacionamento, buscando ter nos resultados um meio de validação das novas estratégias adotadas.

Hermann (1990) defende, como exposto, que em casos onde a implementação das novas políticas antecede a construção de um consenso interno forte é possível que o processo de estabelecimento das tais políticas se torne moroso caso haja uma oposição forte a essas. Este cenário não é observado na Etiópia, visto que a oposição às políticas chinesas, ainda que existente, não se mostra potente o suficiente frente aos bons resultados das práticas de Zenawi junto ao Estado chinês durante os anos do seu governo. O governo de Hailemariam Desalegn revela uma continuidade nos processos fortalecidos por Meles Zenawi. Entre esses está a iniciativa de fortalecimento das relações com a China, que Desalegn segue os caminhos do seu antecessor.

Alcançando enfim o foco principal dessa análise, busca-se entender as alterações de política internacional da Etiópia com base nos graus de mudanças de política externa propostos por Charles Hermann. Assim como exposto no primeiro capítulo, o autor traz quatro grandes níveis graduais de possíveis mudanças, sendo eles: (01) ajustes minoritários; (02) alterações no programa de política externa; (03) alterações de objetivos e problemas de política externa; e (04) reorientação de objetivos internacionais. Hermann (1990) defende que, em linhas gerais, os ajustes minoritários dizem respeito a pequenas alterações quantitativas no nível de esforço empregado em tais políticas, tais como o aumento ou diminuição de investimentos em uma área e local específicos.

Já as alterações no programa, segundo o autor, dizem respeito a alterações de fato qualitativas, simbolizando mudanças no que é feito e também o como é feito. O terceiro e quarto grau são mais avançados no sentido de promoverem mudanças no porque é feito. Enquanto as alterações de objetivos de fato rompem com propósitos inicialmente propostos em cenários locais ou regionais, a reorientação de objetivos afeta toda a política externa do ator, alterando simultaneamente todo o contexto internacional envolvido.

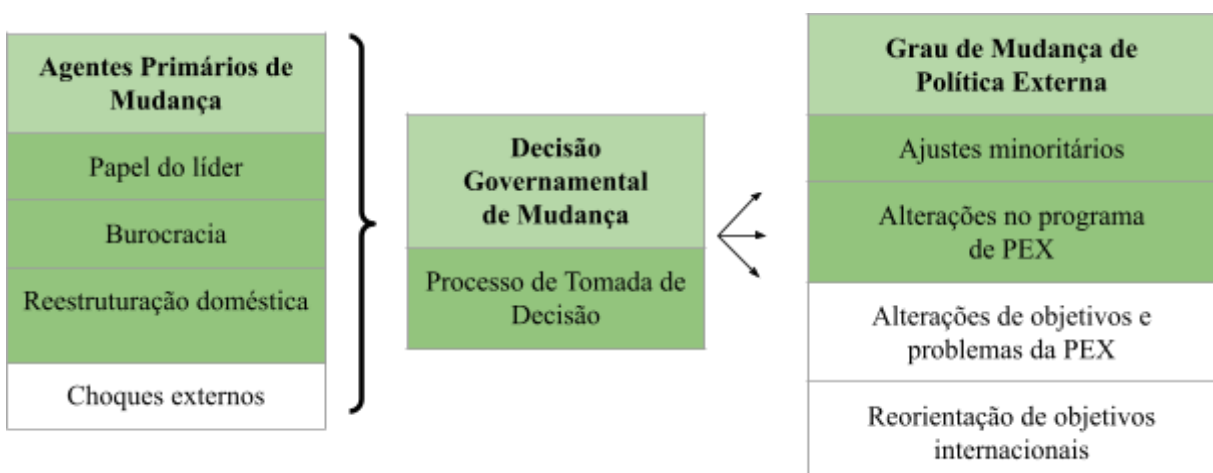
No cenário etíope, observa-se mudanças no sentido do que é feito e também no como é feito, porém essa análise não encontrou indícios de mudanças no porque é feito. Isso é, ainda que à primeira vista se tenha a percepção que a política externa etíope passa por grandes alterações por conta do seu realinhamento internacional entre Estados Unidos e China, uma análise mais detalhada mostra que os princípios norteadores da política externa da Etiópia não

foram alterados. Dessa forma, mesmo que realmente exista esse realinhamento entre as grandes potências, a política externa etíope historicamente mantém um padrão de busca pelo balanceamento internacional, evitando alinhar-se unicamente a um grande aliado global.

É possível argumentar que a Etiópia estivesse muito mais em consonância com a China no período analisado, pondo em xeque a ideia apresentada. De fato a política externa etíope esteve mais próxima das práticas chinesas no recorte, porém tais aproximações periódicas também estão em conformidade com o histórico político do Estado. Apresentar que a Etiópia busca o balanceamento internacional não significa dizer que os líderes etíopes não tenham preferências e aliados claros em momentos históricos específicos. A ideia é, em geral, que o país historicamente tem buscado não cair em amarras e acordos que não favoreçam os interesses etíopes em nome de manter um *status* de aliança com potências internacionais.

Dessa forma, entende-se que o porquê da defesa da ideia de que a política externa etíope não tem sido alterada em níveis profundos, mas sim redirecionado suas práticas e estratégias. Tais redirecionamentos estão ligados às percepções das lideranças etíopes da necessidade de reconstrução de estratégias de política externa voltadas à busca pelos objetivos domésticos e internacionais já historicamente consolidados. Com isso, com base no Modelo de Alteração de Política Externa proposto por Hermann (1990), conclui-se que a política externa etíope entre os anos de 1995 e 2018 sofre mudanças no sentido de alterações no programa de política externa, fortemente influenciado pela liderança forte de Meles Zenawi e com o pano de fundo da manutenção de um aparato burocrático e uma base doméstica favorável à mudança. Tais conclusões estão destacadas na figura 5 abaixo, onde estão em destaque o observado nessa análise.

Figura 5 – Modelo de Alteração de Política Externa aplicado a Etiópia (1995-2018)



5. CONCLUSÃO

A partir da observação do cenário etiope nas últimas décadas, foi possível estabelecer uma análise das mudanças ocorridas nas dinâmicas do Estado no período. Ainda que o estudo tenha enfoque no período entre 1995 e 2018, foi gerado também um panorama geral do cenário para além das datas citadas, a depender do tópico em questão e da necessidade observada pelo autor de maior ou menor aprofundamento das temáticas. Enquanto o estudo do *economic statecraft* focou principalmente no período a partir do século XX, no campo da política externa, por exemplo, entendeu-se a necessidade de contextualizar a temática desde os tempos do antigo Império Etiope. Dessa forma, esclarecendo detalhes como os os princípios da política externa do país, que vêm de uma tradição já bastante enraizada.

Iniciando com as devidas apresentações conceituais acerca do *economic statecraft* e dos processos de alterações de PEX presentes no Modelo de Mudança de Política Externa (Hermann, 1990), o trabalho seguiu com a exposição das dinâmicas do estatismo econômico chinês frente a três níveis de análise: internacional, continental (África) e nacional (Etiópia). A análise das práticas chinesas contou com a apresentação e interpretação de dados acerca dos três principais eixos de projeção chinesa: promoção de investimentos, do comércio e também do auxílio externo. Tal investigação assim se seguiu a fim de elucidar a importância da Etiópia dentro do estatismo econômico chinês para a África e conseqüentemente para o mundo. Dados como a descoberta da África como maior destino de investimentos de auxílio externo chinês no mundo (2013-2018) e o fato de que a China se mantém como o maior parceiro comercial - seja em exportações ou importações - da Etiópia desde 2009 são frutos desse estudo.

Entendendo o peso das políticas chinesas, o trabalho seguiu com uma revisão histórica acerca da política externa etiope desde tempos pré coloniais até 2018, mantendo focos específicos em períodos distintos. A observação da política exterior etiope anterior ao século XVII teve foco na busca do entendimento de como os princípios norteadores das políticas etíopes se formaram, enquanto o estudo da PEX etiope após o início do XVII buscou entender se tais princípios tiveram alterações. Entendendo que houve a manutenção desses princípios norteadores até a época, a observação do período entre 1995 e 2018 buscou identificar se houve mudanças de PEX no recorte com base na aplicação do Modelo de Mudança da Política Externa de Charles Hermann (1990).

Como resultados, o trabalho identificou que, com base na análise e no Modelo de Mudança, houveram mudanças da política externa nos graus de ajustes minoritários e

alterações no programa de política externa, não sendo observadas alterações de objetivos ou de problemas e nem a reorientação de objetivos internacionais. Tal conclusão está baseada no fato de que, apesar de uma notável alteração de preferências em aliados internacionais etíopes durante o etíope - alterando-se de uma aproximação com as potências ocidentais a um forte aprofundamento de relações com a China -, os tradicionais princípios norteadores da política externa da Etiópia se mantiveram. Entre esses princípios está a busca pelo balanceamento internacional por meio da diversificação política, fenômeno fortemente notado no período visto os realinhamentos internacionais do país.

Ainda com base no modelo de Hermann (1990), concluiu-se que entre os agentes primários de mudança destaca-se o papel da liderança do primeiro-ministro Meles Zenawi, que conduziu ativamente a aproximação com a China durante seu governo, entre 1995 e 2012. Sucessor de Zenawi, Hailemariam Desalegn governou a Etiópia entre 2012 e 2018 e representou uma continuidade das práticas do ex-primeiro-ministro. Ambos Zenawi e Desalegn representam uma mudança frente às políticas de aproximação ao eixo ocidental vistas no período anterior aos seus governos. Entre os agentes primários de mudança estão também a burocracia e a reestruturação doméstica, que trabalharam a favor - ou ao menos não apresentaram forte oposição - à decisão governamental de mudança engajada por Meles Zenawi. Hermann apresenta ainda os choques externos como possíveis agentes de mudança, caso que não é visualizado no cenário etíope.

Aliado a isso, somou-se a esse exame a busca do entendimento se as práticas do *economic statecraft* chinês tiveram influências nas ações analisadas, a fim de buscar responder a hipótese proposta por esse estudo. Como conclusão, tem-se que as práticas chinesas de promoção de investimento, comércio e auxílio exterior à Etiópia representam fator importante na construção da possibilidade de cooperação entre os países. Isso é, ainda que a participação e interesse ativo de Zenawi e Desalegn representem fator vital para o aprofundamento das relações com a China, a iniciativa chinesa em criar laços com o continente, que antecede a iniciativa etíope, revela a construção do campo para a possibilidade de desenvolvimento de tal relação.

De modo geral, esse trabalho buscou saciar também o interesse pessoal do autor em agregar ao estudo da temática da projeção chinesa na Etiópia e também na África, de certo modo. Esses são tópicos que ainda carecem de uma maior atenção e aprofundamento de estudos pela academia, que tem direcionado os estudos da projeção internacional chinesa a atores terceiros. Dessa forma, deixando o estudo da temática no continente africano em segundo plano. Para o futuro, espera-se que a temática passe a ter cada vez mais atenção

acadêmica e que os estudos possam se aprofundar na busca do entendimento e monitoramento das dinâmicas destacadas.

REFERÊNCIAS

- AALEN, Lovise. **Ethiopia after Meles: stability for how long?**. 192-196. 2014.
- ABEGUNRIN, Olayiwola; MANYERUKE, Charity. **China's Power in Africa**. Springer International Publishing, 2020.
- ADEM, Seifudein. China in Ethiopia: Diplomacy and economics of Sino-optimism. **African Studies Review**, v. 55, n. 1, p. 143-160, 2012.
- ADOW, Mohammed. Changing fortunes in Ethiopia's Ogaden. **Al Jazeera**, Catar. 2020. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2012/9/17/changing-fortunes-in-ethiopias-ogaden>>. Acesso em: 28 abr 2022.
- BALDWIN, David A. **Economic statecraft: New edition**. Princeton University Press, 2020.
- BRUM, Maurício (Brasil). A partilha da África pelas potências europeias. Revista SuperInteressante, Brasil. 2020. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/especiais/a-partilha-da-africa/>>. Acesso em: 26 mai 2022.
- CABESTAN, Jean-Pierre. China and Ethiopia: Authoritarian affinities and economic cooperation. **China Perspectives**, v. 2012, n. 2012/4, p. 53-62, 2012.
- CARDOSO, Nilton César Fernandes; DA CONCEIÇÃO, Guilherme Geremias; SARDO, Igor Estima. Ascensão Regional Etíope: A política externa de Mengistu Haile Mariam a Abiy Ahmed Ali. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 11, 2021.
- CASSEL, Rodrigo dos Santos. O Chifre da África entre a presença extrarregional e o protagonismo etíope: uma nova correlação de forças? **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2019.
- CHAKRABARTY, Malancha. Ethiopia–China economic relations: A classic win–win situation?. **World Review of Political Economy**, v. 7, n. 2, p. 226-248, 2016.
- CHIN, Gregory T. China's bold economic statecraft. **Current History**, v. 114, n. 773, p. 217, 2015.
- CHINA, Conselho de Estado da República Popular da China. China's International Development Cooperation in the New Era. Pequim, 2010. Disponível em <http://english.scio.gov.cn/whitepapers/2021-01/10/content_77099782.htm>. Acesso em: 22 jun 2022.
- CLAPHAM, Christopher. **Big African States**. 17-38. Johannesburg: Wits University Press. 2006.
- CUSTER, Samantha et al. Tracking Chinese Development Finance: An Application of AidData's TUFF 2.0 Methodology. **Williamsburg, VA: AidData at William & Mary**, 2021.

ESTEBAN, Mario; OLIVIEÉ, Iliana. China and Western aid norms in the belt and road: Normative clash or convergence? A case study on Ethiopia. **Journal of Contemporary China**, v. 31, n. 134, p. 267-284, 2022.

GEDA, Alemayehu; MESKEL, Atenafu G. **Impact of China-Africa Investment Relations: Case Study of Ethiopia**. 2009.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

KIBSGAARD, Daniel. Sino-Ethiopian relations from Meles Zenawi to Abiy Ahmed: the political economy of a strategic partnership. **China Curr**, v. 19, p. 19-2, 2020.

KURLANTZICK, Joshua. **Charm offensive: How China's soft power is transforming the world**. Yale University Press, 2007.

LIANG, Wei et al. **Challenges to China's Economic Statecraft: A Global Perspective**. Rowman & Littlefield, 2019.

MAINI, Tridivesh Singh; LINGALA, Mahitha. **BRI and the China-Ethiopia relationship**. 2019.

MASTANDUNO, Michael. Economic statecraft, interdependence, and national security: agendas for research. **Security Studies**, v. 9, n. 1-2, p. 288-316, 1999.

MASTANDUNO, Michael. Economic statecraft. Foreign policy: **Theories, actors, cases**, v. 204, 2012.

MORGAN, Pippa. Can China's economic statecraft win soft power in Africa? Unpacking trade, investment and aid. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p. 387-409, 2019.

NORRIS, William J. Chinese Economic Statecraft: Commercial Actors, Grand Strategy, and State Control. Ithaca, London. **Cornell University Press**, 2016.

OECD, Financial Derivatives. **Glossary of foreign direct investment terms and definitions**. 2014.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A China na Organização Mundial do Comércio. Carta Internacional, **Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais-USP**, no. 105, novembro de 2010, p. 15.

SCHWAB, Peter. **Ethiopia: politics, economics and society**. Burns & Oates, 1985.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development Trade and Development. **World Investment Report 1999 - Foreign Direct Investment and the Challenge of Development**. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/wir1999_en.pdf. Acesso em: 15 mai 2022.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development Trade and Development. **World Investment Report 2019 - Special Economic Zones**. Disponível em <https://unctad.org/system/files/official-document/WIR2019_Annex_tables.pdf>. Acesso em: 16 mai 2022.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development Trade and Development. **Global foreign direct investment slides for third consecutive year**. Disponível em <<https://unctad.org/news/global-foreign-direct-investment-slides-third-consecutive-year#:~:text=Despite%20the%20FDI%20decline%2C%20the, followed%20by%20China%20and%20France.>>>. Acesso em: 15 mai 2022.

UNIVERSIDADE JOHN HOPKINS. China Africa Research Initiative -.Chinese Loans to Africa Database. Disponível em <<https://chinaafricaloandata.org/>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

VESTAL, Theodore M.; ETHIOPIA, A. **A Post-Cold War African State**. Westport, Praeger, 1999.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. UNESP, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História da África e dos africanos**. Editora Vozes Limitada, 2012.

WIKIWAND. **Eritrea Italiana**. 2020. Disponível em <https://www.wikiwand.com/es/Eritrea_italiana>. Acesso em: 7 jul 2022.

WITS, WITS. World Integrated Trade Solution (WITS). World Integrated Trade, 2018. **China Trade Summary 2018**. Disponível em <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2018/SummaryText>>. Acesso em: 11 jul 2022.

WITS, WITS. World Integrated Trade Solution (WITS). World Integrated Trade, 2018. **Ethiopia (excludes Eritrea) trade statistics**. Disponível em <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/ETH>>. Acesso em: 12 jul 2022.

WORLD BANK. **Foreign direct investment, net outflows (% of GDP) - China**, 2020. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.WD.GD.ZS?contextual=default&end=2018&locations=CN&start=1995>>. Acesso em: 3 mai 2022.

XIAOTONG, Zhang; KEITH, James. From wealth to power: China's new economic statecraft. **The Washington Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 185-203, 2017.

XINHUA NEWS. **Estrada com pedágio construída pelos chineses é aclamada pelas conquistas econômicas da Etiópia**. Brasil. 2020. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2019-06/20/c_138158780.htm>. Acesso em: 28 abr 2022.